



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUCAS TADEU BORGES VIANA

“OS ANOS DOURADOS DE CAMPINA GRANDE”: O INÍCIO DE UM PROJETO DE  
CLASSE ENTRE O GRUPO DE PODER FAMILIAR CUNHA LIMA E SETORES DA  
BURGUESIA CAMPINENSE (1983-1988)

CAMPINA GRANDE  
DEZEMBRO/2018

LUCAS TADEU BORGES VIANA

“OS ANOS DOURADOS DE CAMPINA GRANDE”: O INÍCIO DE UM PROJETO DE  
CLASSE ENTRE O GRUPO DE PODER FAMILAR CUNHA LIMA E SETORES DA  
BURGUESIA CAMPINENSE (1983-1988)

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito final para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires

Campina Grande

2018

LUCAS TADEU BORGES VIANA

“OS ANOS DOURADOS DE CAMPINA GRANDE”: O INÍCIO DE UM PROJETO DE CLASSE ENTRE O GRUPO DE PODER FAMILAR CUNHA LIMA E SETORES DA BURGUESIA CAMPINENSE (1983-1988)

Monografia avaliada em \_\_/\_\_/\_\_ com o conceito \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires

Orientador (a)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Maria Liége Freitas Ferreira

Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Michelly Pereira de Sousa Cordão

Examinadora

---

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha

Suplente

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles companheiros da minha querida Zona Leste que não tiveram as mesmas oportunidades que eu tive e, não reconhecendo cedo sua posição social na luta de classes, tombaram na arena implacável da história e sob o jugo do capital.

## AGRADECIMENTOS

Presto meus agradecimentos iniciais a minha família, em especial a minha mãe, Marilene Borges Viana e o meu irmão, Thiago Borges Viana.

Agradeço, também, ao meu orientador, José Luciano Queiroz de Aires, camarada de todas as horas, que dividiu as dores e as delícias da construção deste trabalho comigo. Cito também o professor Luciano Mendonça de Lima, essa centelha incendiária que serve de referência para todos aqueles que buscam um mundo melhor e mais igualitário.

O meu muito obrigado a banca, nas pessoas das professoras Maria Liége Freitas Ferreira, que ministrou à disciplina História Econômica Geral e plantou em mim a primeira semente que culminou em meu interesse em relação a esse campo historiográfico. Com a professora Michelly Pereira de Sousa Cordão, ao longo de dois semestres enquanto monitor na disciplina Historiografia Brasileira, aprendi que um estudioso (a) deve prezar pela seriedade, dedicação pelo seu fazer historiográfico, e, sobretudo, como defendia Lucien Febvre, deve “amar à História”, além de tomar partido nos temas do presente.

Os inestimáveis companheiros (as) do Programa de Educação Tutorial, do Grupo de Estudos Antonio Gramsci, bem como o sobre História política merecem meu respeito, carinho e admiração. Tem muito de vocês nas páginas que se seguem. Com grande estima, cito de maneira especial os nomes dos grandes historiadores (as) Jean Lucas Marinho Cavalcanti, José Adriano Barbosa, Lorrane Rangel Agra Lopes, Roberta dos Santos Araújo, Valber Nunes, Arthur Andrade, Viviane Carneiro, Larissa Moura de Albuquerque e Alex Campelo. Cada um teve seu grau de importância, ora lendo meus textos, ora discutindo outros, assim como tomando um ou duas Budweiser.

Avante, companheirada!

## EPIGRAFE

“Se você vai tentar, vá com tudo. Senão, nem comece.

Se você vai tentar, vá com tudo.

Isso pode significar perder namoradas, esposas,  
parentes, empregos e talvez a cabeça.

Vá com tudo.

Isso pode significar ficar sem comer por 3 ou 4 dias.  
Pode significar passar frio num banco de praça. Pode significar  
cadeia, menosprezo, insultos, isolamento.

Isolamento é um presente, todos os outros são testes à  
sua resistência, do quanto você realmente quer fazer isso.

E você vai fazer. Apesar da rejeição e dos piores  
infortúnios.

E isso será melhor do que qualquer coisa que você  
possa imaginar.

Se você vai tentar, vá com tudo.

Não há outro sentimento como esse.

Você ficará sozinho com os deuses e as noites irão  
flamejar como fogo.

Faça, Faça, Faça.

Vá com tudo, por todos os caminhos.

Você cavalgará a vida até a gargalhada perfeita.

E essa é a única boa luta que existe. ”

Charles Bukowski, Jogue os Dados

## RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo problematizar duas questões centrais. Em primeiro lugar, defendemos que a ascensão do grupo de poder familiar Cunha Lima durante a década de 1980, na cidade de Campina Grande pode ser vislumbrada mediante a capacidade deste de estabelecer uma série de compromissos com setores da burguesia campinense, principalmente industrial, comercial, imobiliária, financeiro e a grande imprensa, inaugurando o período categorizado de “anos dourados de Campina Grande”, oferecendo, deste modo, uma resposta à crise econômica na qual a cidade estava mergulhada em função do projeto centralizador levado à cabo pelos golpistas de 1964. Em segundo lugar, pensa-se o ano de 1988 como um marco importante no início do processo de consolidação e perpetuação do poder do grupo familiar na cidade, uma vez que Cássio Cunha Lima substituiu o pai e assume as rédeas do poder executivo municipal. A pesquisa foi realizada a partir de um respaldo documental encontrado nos principais jornais da cidade, do Estado e alguns exemplares a nível nacional que circulavam à época: o *Jornal da Paraíba*, *Diário da Borborema*, *A União*, *O Norte*, a *Gazeta do Sertão*, o *Semanal Pessoaense*, *Correio Braziliense* e *Jornal da Constituinte*, além do *Anuário de Campina Grande* do ano de 1982. A ideia é lê-los segundo a metodologia sugerida por Antonio Gramsci. No que concerne ao arcabouço teórico, buscaremos dialogar com o autor da antropologia política Roger-Gérard Schwartzenberg, os conceitos do historiador inglês Edward Palmer Thompson e o geógrafo marxista David Harvey.

**PALAVRAS-CHAVE:** Grupo de poder Familiar; Cunha Lima; Burguesia Campinense

## **ABSTRACT**

This paper aims to problematize two central issues. In the first place, we argue that the rise of the Cunha Lima family power group during the 1980s in the city of Campina Grande can be seen through its ability to establish a series of commitments to sectors of the campinense bourgeoisie, mainly industrial, commercial, real estate, financial and the great press, inaugurating the categorized period of "golden years of Campina Grande", thus offering a response to the economic crisis in which the city was plunged due to the centralized project carried out by the 1964 coup. Secondly, the year of 1988 is considered as an important milestone in the beginning of the process of consolidation and perpetuation of the power of the family group in the city, since Cássio Cunha Lima replaces the father and assumes the reins of the municipal executive power. The research was based on documental support found in the main newspapers of the city, the State and some national copies that circulated at the time: *Jornal da Paraíba*, *Diário da Borborema*, *A União*, *O Norte*, *Gazeta do Sertão*, the *Weekly Personal*, *Correio Braziliense* and *Jornal da Constituinte*, in addition to the *Yearbook of Campina Grande* of the year 1982. The idea is to read them according to the methodology suggested by Antonio Gramsci. Concerning the theoretical framework, we will seek to dialogue with the author of political anthropology Roger-Gérard Schwartzenberg, the concepts of the English historian Edward Palmer Thompson and the Marxist geographer David Harvey.

**KEY WORDS:** Family Power Group; Cunha Lima; Burguesia Campinense

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Foto oficial da campanha de 1982 .....	23
Imagem 2: Os anos dourados de Campina Grande.....	44

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Resultado das eleições municipais em 1982.....32

Tabela 2- Resultado das eleições municipais em 1988.....75

## SUMÁRIO

### **INTRODUÇÃO**12

### **CAPÍTULO I- O CONGRAÇAMENTO DO GRUPO DE PODER FAMILIAR CUNHA LIMA E A CLASSE DOMINANTE DE CAMPINA GRANDE**19

1.1-“POR AMOR À CAMPINA”: EXÍLIO, REGRESSO E CAMPANHA ELEITORAL DE 1982.....19

1-2- A ESTRADA ATÉ O 15 DE NOVEMBRO DE 1982: VITÓRIA OPOSICIONISTA EM CAMPINA GRANDE.....27

1.3- UM PROJETO DE CLASSE PARA CAMPINA GRANDE: OS DESAFIOS DO MANDATO, ALTERNATIVA ECONÔMICA E ALIANÇAS COM A BURGUESIA CAMPINENSE.....34

### **CAPÍTULO II- “PARA QUE CAMPINA PERMANEÇA COM UM ENCONTRO MARCADO COM O FUTURO”: A CONSTRUÇÃO DO HERDEIRO E A MANUTENÇÃO DO ACORDO ENTRE O GRUPO DE PODER FAMILIAR CUNHA LIMA E A BURGUESIA CAMPINENSE**...46

2.1- INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E OS PRIMEIROS PASSOS DO HERDEIRO46

2.2- CÁSSIO NA TRIBUNA E NOS JORNAIS 52

2.3- DE PAI PARA FILHO: FESTA, TEATRO DO PODER E A DISPUTA PELA PREFEITURA MUNICIPAL EM CAMPINA GRANDE NO ANO DE 1988.....64

2.3.1-“ENTRE DIREITOS IGUAIS, DECIDE A FORÇA”: INELEGÍVEL OU NÃO?.....66

2.3.2- OS DEBATES ELEITORAIS.....71

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....77

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**.....79

## INTRODUÇÃO

Entusiasmado e confiante, o hoje senador não eleito, Cássio Rodrigues da Cunha Lima comunicou em sua rede social que estaria mais uma vez na abertura do “Maior São do Mundo” do então ano de 2016. Supomos que sua expectativa era ser recebido e prestigiado como foi exatamente há trinta anos antes, em 1988, no momento em que seu pai (Ronaldo Cunha Lima), preceptor e conjunto de aliados políticos, o lançaram como candidato a chefe do executivo municipal em meio a um clima de intensa euforia, no palco do Parque do Povo. Mal sabia o peessedebista que a história se mostraria implacável e a noite do dia 03 de junho de 2016 reservá-lo-ia uma das vaias mais contundentes da história da festa junina, evidenciando que mesmo aqueles projetos de poder que aparentam ser inabaláveis e consolidados, vez ou outra, são aluídos, sofrem gradual resistência e perdem a presumida legitimidade outrora conquistada<sup>1</sup>. Contudo, para entender o quão simbólico e emblemático foi a vaia destinada naquele dia ao político Cássio Cunha Lima, é preciso interrogar o passado e compreender sobre quais bases foram erguidos o projeto do grupo de poder familiar Cunha Lima na cidade de Campina Grande.

A pesquisa, portanto, tem como objetivo problematizar duas questões centrais. Em primeiro lugar, defendemos que a ascensão do grupo de poder familiar Cunha Lima durante a década de 1980 na cidade de Campina Grande pode ser vislumbrada mediante a capacidade deste de estabelecer uma série de compromissos com setores da burguesia campinense, sobretudo, a industrial, comercial, imobiliária, financeira, classe política e grande imprensa, inaugurando o período categorizado de “os anos dourados de Campina Grande”. Desta feita, perceberemos que por meio do investimento do que se convencionou denominar de “indústria sem chaminé”, isto é, o aproveitamento do potencial turístico da cidade através da comercialização de sua principal festa, o grupo de poder familiar ofereceu uma resposta à crise econômica na

---

<sup>1</sup> Ao dar início ao seu discurso, o senador foi vaiado por uma grande parte do público e acabou batendo boca com as pessoas que estavam no Parque do Povo para assistir aos espetáculos. Visivelmente contrariado, disse que os manifestantes eram jovens, idealistas, mas defendiam “o governo mais corrupto que o país já teve”, em referência à presidenta legitimamente eleita nas urnas e à época apeada do poder pelos golpistas, Dilma Rousseff (PT). Não adiantou, sob os gritos de “golpista”, as vaias foram ainda maiores. Para mais informações consultar a matéria disponível em <<http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/suetoni/2016/06/04/cassio-e-vaiado-no-parque-do-povo-na-abertura-do-sao-joao/>>. Acesso em 8 dez. 2018.

qual a cidade estava mergulhada em função do projeto centralizador levado à cabo pelos golpistas de 1964.

No que compete aos caminhos teóricos e metodológicos adotados, a análise proposta neste trabalho está inserida no campo da teoria e do método do materialismo histórico e dialético. Discutiremos, por exemplo, a partir de Harvey (2014), como o grupo de poder familiar Cunha Lima remodelou a cidade de Campina Grande em função da produção e reprodução do capital. Partindo desse pressuposto, escolhemos problematizar o espaço urbano dentro da perspectiva do materialismo histórico dialético, buscando entender de que forma o espaço é produzido, partindo da concepção de que o espaço é resultado das relações sociais de produção marcadas pela atuação dos atores sociais e que o direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, “nas mãos de uma pequena elite econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 63), não obstante, também configure-se enquanto lugar constante de disputas entre dominantes e dominados.

O historiador inglês Edward Palmer Thompson nos ajudará a problematizar as imagens de poder e de autoridade correspondentes a campanha eleitoral de Cássio Cunha Lima visando o cargo de chefe do executivo municipal da cidade em 1988, sobretudo, o lançamento de sua candidatura no palanque do palco do Parque do Povo. A partir de Thompson é possível perceber as diversas formas com as quais se arquitetam o *teatro do poder*, e no caso específico da pesquisa, os vários aspectos que cercam a produção da festa do “Maior São João do Mundo”, o ritual de passagem política de pai para filho, isto é, de Ronaldo para Cássio e a extensão da duração da festa daquele ano que ocorreu durante trinta seis dias. Todos esses elementos fazem parte de um

Estilo hegemônico estudado e elaborado, um papel teatral que os poderosos aprendiam na infância e desempenhavam até a morte. E se falamos desse desempenho enquanto teatro, não é para diminuir sua importância. Uma grande parte da política e da lei é sempre teatro. Uma vez “estabelecido” um sistema social, ele não precisa ser endossado diariamente por exibições de poder (embora pontuações ocasionais de força sejam feitas para definir os limites de tolerância do sistema). O que mais importa é um continuado estilo teatral. (THOMPSON, 1998, p.48)

Neste sentido, as ações políticas são pensadas e problematizadas a partir dessa perspectiva de teatralização do poder. Neste caso, a escolha do local de lançamento da candidatura de Cássio Cunha Lima, promovida pelo pai, faz parte do palco de encenação do poder que o grupo de poder familiar produzia nos gestos e nos discursos de seus representantes. Como coloca Thompson: [...] “esse lubrificante social dos gestos, podia com bastante facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente [..]. Por isso, parto da noção de que a “vida política poder ser compreendida pelo exercício de uma série de autoridades simbólicas (THOMPSON, 1998, p.49- 70). Pontua-se que mesmo Thompson tendo elaborado esse aparato conceitual para analisar a sociedade inglesa do século XVIII, pensamos que seja interessante problematizarmos o objeto de estudo dessa monografia, sabendo que temos que perceber a especificidade do momento campinense que é diferente da Inglaterra no tempo e no espaço.

Veza ou outra, também lançaremos mão das tipologias políticas elaboradas por Roger-Gérard Schwartzenberg. De acordo com teórico francês, especialista em analisar táticas eleitorais, os políticos desempenham papéis para contrastar com seus oponentes. Achemos possível enquadrar Cássio Cunha Lima na categoria de *líder charmoso*, pois “cada um deles, em seu próprio registro, se dedica ao mesmo exercício: surpreender, cativar e agradar. Cada um deles concebe a política como arte da sedução. Se não como ofício teatral (Schwartzzenberg, 1978, p. 62). Acabamos pertinente esse diálogo entre a história e a sociológica política para pensarmos no objeto de estudo, uma vez que

A política, outrora, era ideias. Hoje, é pessoas. Ou melhor, personagens. Pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel. Como num espetáculo. Doravante, o próprio Estado se transforma em empresa de espetáculos. A política se faz agora, “encenação” (Schwartzzenberg, 1978, p. 1)

Sobre as fontes utilizadas, a pesquisa foi realizada a partir de um respaldo documental encontrado nos principais jornais da cidade, do estado e alguns exemplares a nível nacional que circulavam à época: o *Jornal da Paraíba*, *Diário da Borborema*, *A União*, *O Norte*, a *Gazeta do Sertão*, o *Semanal Pessoaense*, *Correio Braziliense* e *Jornal da Constituinte*, além do *Anuário de Campina Grande* do ano de 1982. Metodologicamente, escolhemos ler nossas fontes a partir da proposta sugerida por Antonio Gramsci no volume II dos “cadernos do Cárcere”, levando em

consideração tanto a forma quanto o conteúdo no qual são escritos os textos jornalísticos.

Assim, amparados em Gramsci, defendemos que partes dos jornais funcionam como aparelhos privados de hegemonia que selecionam, elaboram, divulgam e unificam concepções de mundo. Cumprem a função de organizar e difundir determinados tipos de cultura concatenados de forma orgânica a determinados agrupamentos sociais, exercendo certa influência na compreensão de fatos sociais, partindo sempre de “uma certa orientação geral; e que se pretenda tomar tal grupo como base para construir um edifício cultural completo, autárquico”. Ademais, como defende o filósofo marxista, “todo edifício deve ser construído de acordo com princípios “racionais”, isto é, funcionais na medida em que se têm determinadas premissas e se pretende atingir determinadas consequências” (GRAMSCI, 2004, p. 198). Podem com isso, portanto, selecionar as vozes que devem falar e ser ouvidas, geralmente aquelas que não ameaçam as suas conveniências política e metas mercadológicas, uma vez que:

O problema fundamental de todo periódico (cotidiano ou não) é o de assegurar uma venda estável (se possível em contínuo incremento), o que significa, ademais, possibilidade de construir um plano comercial (em desenvolvimento, etc.). Decerto, o elemento fundamental para o êxito de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades político-intelectuais. (GRAMSCI, 2004, p 249)

Passemos agora a indicar a literatura consultada pertinente ao nosso recorte temático. Em primeiro lugar, estamos entre aqueles que advogam a ideia de que se deve respeitar os trabalhos clássicos. Neste sentido, “Mortes e Vidas das oligarquias”, trabalho originalmente dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, em 1985, junto a Universidade Federal da Paraíba, de Eliete de Queiroz Gurjão, mesmo que relativamente longe do nosso recorte temporal, é leitura obrigatória para quem pretende estudar grupos de poder familiares que se encastelam e revezam-se no poder.

Outros dois trabalhos da sociologia prestaram-nos enormes serviços e sem eles dificilmente realizaríamos nossa pesquisa. O primeiro é da professora Elisabeth Christina de Andrade Lima, intitulado de “A Fábrica dos sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano”. Neste, a autora procura compreender as transformações

porque têm passado as festas juninas no Nordeste, tentando inseri-las dentro de um processo de transformação da cidade, da globalização econômica, e das relações políticas e culturais que a acompanham. O terceiro capítulo da obra nos interessa mais fortemente, pois a autora buscou analisar os vários usos e apropriações da festa junina, entre eles, todo um processo de manipulação tática e estratégica dos políticos locais e seus prepostos, na busca da construção de seus perfis políticos mediados pelo evento.

O segundo, “mas não menos importante”, é a tese de Doutorado José Marciano de Monteiro, que recebe o nome de “A política como negócio de Família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015)”. Buscando pensar a família e o parentesco como “palavra de ordem” relacionadas a constituição de redes políticas familísticas na Paraíba no período estudado, o autor tem por objetivo geral compreender as instituições republicanas (Partidos, Legislativo, Executivo, Mídia e Tribunais de Conta) como espaços privilegiados de algumas famílias políticas do Estado, tal como o grupo de poder familiar Cunha Lima, que acessam tais instituições por meio de capitais (cultural, econômico e político-familiar) historicamente acumulados.

Dois últimos trabalhos a serem destacado: o historiador Damião de Lima nos mostra como a economia de Campina Grande entre os anos 60 e 80 do século XX vincula-se às mudanças operadas no cenário regional, e no seu trabalho “Campina Grande sob Intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista”, aparecem as primeiras pontas de linhas que tecia a trama existente entre a crise de Campina Grande e as mudanças impostas pelo governo militar. É com as repercussões e desdobramentos desta crise econômica que o grupo de poder familiar Cunha Lima teve que lidar quando assumiu as rédeas do executivo municipal da cidade em 1982.

Já em “Enredando Campina Grande nas teias da Cultura: (des) inventando festas e (re) inventando a cidade (1965-2002)”, o historiador Wagner Geminiano dos Santos, apesar de partir de um campo diametralmente oposto ao nosso, teve como grande mérito descrever e analisar o processo que, a partir da década de 60, instaura uma ruptura nos discursos e imagens que constituíam Campina como GRANDE e os redimensionavam e deslocavam para outros campos e territórios, a saber, as festas, instaurando, no dizer do autor, um “novo regime de verdade” para cidade.

Além da presente introdução, essa monografia está estruturada em mais dois capítulos. No capítulo 1, intitulado “O conagraçamento da classe dominante e o grupo de poder familiar Cunha Lima”, discorremos sobre como o patriarca da família, Ronaldo Cunha Lima, aciona uma narrativa favorável a seu regresso na cidade, lançando sua candidatura a prefeito de Campina de Grande no ano de 1982 sob o slogan de “amor à Campina”, buscando destinar para si a “missão” de soerguer economicamente a cidade e recuperar o ânimo de seus sitiantes. A cada obra inaugurada, o pemedebista tentará atrelar seu nome, sua imagem e de seu grupo de poder familiar à própria cidade. Entendemos também como importante acompanhar como se desenrolava a política e as composições partidárias para o pleito do ano de 1982, pontuando as relações de força entre o local com o estadual, principalmente com o olhar centrado nos dois principais partidos, o PMDB e o PDS.

Finalizamos esse primeiro capítulo com um grande jantar ocorrido nas dependências do Spazzio, casa de show inaugurada na administração Ronaldo Cunha Lima. Denominamos esse “encontrão” de conagraçamento das frações da classe dominante campinense, uma vez que na mesa de honra estavam nomeados e presentes todos os representantes da burguesia da cidade que buscaram aliar seus interesses ao do grupo de poder familiar Cunha Lima, orquestrando, desse modo, um projeto de classe na e para cidade de Campina Grande mediatizado por suas elites.

No segundo capítulo, “Para que Campina Permaneça com um encontro marcado com o futuro: a construção do herdeiro e a manutenção do acordo entre o grupo de poder familiar Cunha Lima e a burguesia Campinense”, busco pensar o ano de 1988 como um marco importante no início do processo de consolidação e perpetuação do poder do grupo familiar na cidade, uma vez que Cássio Cunha Lima substituiria o pai, assumindo as rédeas do poder executivo municipal e com a responsabilidade de manter firme e estável o “acordão” firmado entre seu grupo e setores da burguesia campinense.

Para tanto, decidimos acompanhar a infância, adolescência, relação com os familiares e primeiros passos da vida política de Cássio Cunha Lima ainda enquanto aluno do curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba e assessor do pai e prefeito à época de Campina Grande. A ideia é perceber em que medida, partilhando da ideia de SCWARTZENBERG (1978), as “qualidades individuais, atinentes a sua própria pessoa (Cássio), os personagens políticos devem acrescentar-

se de qualidades “sociais”, emitidas por aqueles que os cercam, sobretudo seus familiares”, uma vez que “ninguém é bom cidadão (homem público) se não é bom filho, bom pai, bom irmão, bom amigo e bom esposo” (SCWARTZENBERG, 1978, p.111)

Também acompanharemos a entrada na vida política partidária do herdeiro de Ronaldo Cunha Lima. A divulgação que a mídia escrita, falada e televisionada fez da atuação de Cássio nas tribunas da câmara federal será balizada. Neste sentido, problematizaremos os periódicos por nós analisados tanto enquanto fonte para escrita de nosso texto, quanto parte interessada na produção de uma narrativa favorável ao “jovem universitário”, uma vez que, segundo Dênis de Moraes (2009), a comunicação jamais esteve tão fortemente entranhada nas batalhas de ideias pela direção moral, cultural e política da sociedade. Sob a alegação de que exerce uma função social específica, isto é, informar de maneira neutra a realidade dos fatos a uma suposta coletividade, a mídia não quer submeter-se a freios de contenção e se põe fora do alcance das leis e da regulação estatal.

Na parte final do texto, percorreremos a campanha de Cássio para prefeito de Campina Grande no ano de 1988. Primeiro, entendendo as ações políticas que envolveram o lançamento de sua candidatura no palanque do Parque do Povo a partir da perspectiva de teatralização do poder. Segundo, discorreremos sobre a maratona judicial onde se travou uma verdadeira “guerra sem quartel” em torno da elegibilidade ou não do pemedebista, buscando estabelecer um diálogo conceitual com autores marxistas que pensam o Direito enquanto tecnologia social capaz de viabilizar e lidar com conflitos resultantes das diversas formas pelas quais se expressa a lutas de classes no interior da sociedade política. Os debates eleitorais também serão tematizados, bem como o dia do escrutínio nas urnas.

## **CAPÍTULO I**

## O CONGRAÇAMENTO DO GRUPO DE PODER FAMILIAR CUNHA LIMA E A CLASSE DOMINANTE DE CAMPINA GRANDE

### 1.1- “POR AMOR À CAMPINA”: EXÍLIO, REGRESSO E CAMPANHA ELEITORAL DE 1982

“ Sou eu! ”. Assim reagia Ronaldo Cunha Lima após escutar na noite do dia 13 de março de 1969 o noticiário radiofônico oficial “A Voz do Brasil”. Segundo depoimento pessoal realizado ao historiador José Octávio de Arruda Mello, seu biógrafo, o então prefeito de Campina Grande encontrava-se em casa no balançar de sua rede acompanhado pelo secretário Ernany Moura e um filho menor. Esse menino à época com cinco anos, possivelmente, era Cássio Rodrigues da Cunha Lima, um dos personagens centrais de nossa reflexão. As ondas sonoras transmitidas pelo rádio anunciavam a cassação dos direitos políticos do recém-eleito chefe do executivo municipal. Logo que o primeiro raio de sol rompeu com a escuridão da noite, o *Jornal O Norte* estampava a notícia em sua primeira página:

O Conselho de Segurança Nacional suspendeu por dez anos e cassou os mandatos eletivos dos Deputados paraibanos Sílvio Porto, líder do Governo na Assembleia Legislativa, Francisco Sousa Neto, 1º Secretário, Robson Duarte Espínola, Vice-líder do Governo e Presidente do Diretório Municipal da ARENA de João pessoa, e Romeu Abrantes. O prefeito Ronaldo Cunha Lima, de Campina Grande, foi afastado do cargo e teve seus direitos políticos também suspensos. (*O Norte*, 14 mar. 1969)

Depois de rápida passagem pelo gabinete, Ronaldo parte com sua família para São Paulo onde tenta ganhar a vida como advogado. O político, poeta e patriarca do grupo Cunha Lima declara que a supressão de seu mandato fora o “maior golpe de sua vida”. Em poemas autobiográficos, pontua:

Noites e dias vivi  
Os mais medonhos  
Amargando as desditas de meus sonhos  
Quase sem força para recomeçar  
(MELLO, 2015, p. 53-54)

Tentemos esclarecer os possíveis motivos que teriam levado a sua cassação. Ronaldo Cunha Lima marcou sua entrada na vida política pública como ferrenho defensor da implantação do ideário nacional desenvolvimentista no

munícipio<sup>2</sup>, tornando-se porta voz do grupo na Câmara Municipal. Em pouco tempo, tornou-se a maior liderança política do grupo, além de principal amigo e confidente do primeiro político cassado na cidade, o banqueiro Newton Rique.

Desde sua aparição no cenário político, no final dos anos 50, Ronaldo Cunha Lima demonstrou ter capacidade de liderança e carisma, dois elementos essenciais para alavancar qualquer carreira política. No final dos anos 50, o jovem universitário desponta como grande liderança estudantil e foi como líder e representante desse segmento social que conseguiu se eleger vereador em 1959 e três anos depois, é eleito o deputado estadual mais votado pelo Partido Trabalhista Brasileiro<sup>3</sup>. Destacamos que dos votos totais obtidos pelo político (3.796), pouco mais da metade (2.057), foram obtidos na cidade de Campina Grande comprovando que um laço começava a ser criado entre o poeta e a rainha da Borborema.

Ainda como vereador, como destaca LIMA (2012), Ronaldo Cunha Lima engajou-se na campanha da legalidade, sendo dele o projeto de lei para que o espaço entre os edifícios da câmara municipal e da prefeitura passasse a ser denominada de Largo da Legalidade. Eleito deputado estadual, destacou-se como líder no Estado, da Frente Popular Nacionalista e deixou registrado seu repúdio ao golpe nos primeiros momentos da ocorrência deste, como mostra esta citação de Agnaldo Almeida, que deve ser analisada criticamente, contida na coletânea Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças (1960-1990):

O deputado Ronaldo Cunha Lima, se manteria fiel aos seus princípios e, em 1964, ante os rumores de queda do presidente da República, subira à tribuna da Assembleia Legislativa para firmar posição. Apesar dos conselhos do presidente do Poder Legislativo, Clóvis Bezerra, o líder do PTB fez um inflamado discurso em favor da legalidade democrática e constitucional, consubstanciada no pleno respeito ao mandato do presidente João Goulart (ALMEIDA, 1993, p.262)

Nas eleições de 1966, já contando com o apoio de todo o grupo desenvolvimentista campinense, que via nele o provável substituto do banqueiro e ex-

---

<sup>2</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o que foi, como se formou, qual seu projeto para cidade, os representantes, a atuação do grupo nacional desenvolvimentista na cidade de Campina Grande e os impactos sofridos por estes em função do projeto centralizador implementado pelos golpistas de 1964, sugerimos a leitura do livro de Damião de Lima intitulado *Campina Grande sob intervenção: A Ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/ desenvolvimentista* (2012)

<sup>3</sup> Na eleição de 07 de outubro de 1962, Ronaldo Cunha Lima conseguiu se eleger com 3.796 sufrágios, superando todas as lideranças políticas de seu partido que concorreram à mesma eleição, entre eles, Romeu Abrantes, Petrônio Figueiredo e José Maranhão.

prefeito cassado, Newton Rique, Ronaldo é novamente eleito deputado estadual. Desta vez como o mais votado do Estado, contabilizando 8.871 votos. Essa expressiva votação, como coloca o historiador Damião de Lima no livro já citado, “o alçou, definitivamente, a condição de candidato das forças progressistas à prefeitura municipal de Campina Grande” (LIMA, 2012, p.127).

Eleito sem grande dificuldade prefeito de Campina Grande no ano de 1968, o jovem político passou a ser visto como inimigo número um de todas as forças conservadoras no Estado, por suas características progressistas, nos primeiros anos de sua vida política. Assim, aproveitando-se do momento favorável, gozando ainda dos poderes quase ilimitados do Ato Institucional número 5, os militares e seus aliados no Estado, após quarenta e três dias de administração, cassaram o prefeito<sup>4</sup>.

Após a cassação de seus direitos políticos, Ronaldo e família rumam em direção ao sudeste do país. Nos primeiros dois anos residindo na cidade de São Paulo para depois fixarem moradia no Rio de Janeiro até o regresso à Campina Grande, em 1982. Segundo o jornalista Josué Sylvestre, nas proximidades do retorno de Ronaldo às atividades da vida pública, no final de 1981, “eram constantes as pressões e contrapressões que o político recebia. No escritório e no fórum do Rio de Janeiro, onde “atuava com brilhantismo, colegas e amigos eram quase todos contra a sua volta à política. Alegavam o grande momento que ele vivia no exercício da advocacia” (SYLVESTRE,2014, p.283).

Entre a colônia paraibana, a opinião se invertia. A grande maioria estimulava o seu regresso à Campina Grande. No seio da família, o mais entusiasmado e favorável ao retorno era Cássio. O mesmo afirma em entrevistas concedidas para elaboração da dissertação de mestrado da socióloga Gabriela Caniello que nos jantares, ainda no Rio de Janeiro, quando a pauta de discussão era

---

<sup>4</sup> A partir de maio de 1969, portanto, a cidade passou a ser administrada por interventores nomeados pelo governo federal. O primeiro deles, o general reformado Manoel Paz e Lima, assume a administração do município em 14/05/1969 e fica até 15/07/1970, quando renuncia e é substituído por outro interventor. Desta feita, o escolhido para o cargo é Luiz Mota Filho; esse segundo interventor administra a cidade de 15 de julho de 1970 até 31 de janeiro de 1973, quando toma posse o prefeito, recém-eleito pelo partido governista, Evaldo Cavalcanti da Cruz. Como nos ajuda a pensar Damião de Lima, durante as administrações dos interventores, assim como, na administração de Evaldo Cruz (31/01/1973 a 31/01/1977), percebe-se a ascensão das forças políticas simpáticas ao sanguinolento regime militar no município de Campina Grande. “Esses políticos, por suas posições políticas ou pela ausência delas, em nada incomodavam o sistema estabelecido e, no âmbito administrativo, restringiram suas ações a mera obediência às diretrizes traçadas por Brasília” (LIMA, 2012, p.197-198)

a volta ou não do poeta à cidade, sua opinião foi “decisiva para estimulá-lo” e alertava o pai se caso ele não voltasse, “ficaria incompleto, frustrado” (CANIELLO, 2013, p.52).

Decidindo regressar à cidade de Campina Grande, Ronaldo passaria a construir uma narrativa favorável à sua volta. É a partir deste período que se inaugura a estratégia produzida pelo grupo de poder familiar Cunha Lima de destinar para si a tarefa de soerguer economicamente o município de Campina Grande. É nesse sentido que o poeta immortaliza no Anuário municipal do ano de 1982 o seguinte discurso, em um de seus primeiros pronunciamentos depois de seu retorno à cidade, após a anistia política, já em ritmo de campanha eleitoral:

Não há honra maior do que ser convocado pelo seu povo. Estou disposto para lutar! Agora, sinto aqui em Campina Grande, o chamamento de mais companheiros para disputar a Prefeitura, reocupando o lugar que me foi tomado pela força. Havemos de desfraldar a bandeira das grandes lutas. O povo está com a oposição, cansado da espoliação que lhe impõe ao longo de 18 anos. Não adianta acionar a maquinaria governamental, não adianta ameaçar. O povo quer mudar. Está cansado de tanta mentira e tanto sofrimento. Estou disposto para lutar e aguardo, apenas, a manifestação do partido. (*Anuário de Campina Grande*, 1982, p.44)

Percebamos que em sua narrativa numa tacada só, Ronaldo, estrategicamente, busca colocar como interesse do povo campinense sua volta para cidade, assume a figura daquele que teve seu mandato cassado pelas forças do arbítrio e contra a vontade da maioria dos eleitores, denuncia o candidato situacionista de estar aparelhando o Estado, obstando, assim, sua candidatura e, de quebra, se dispõe a ser aquele que lutará pelo povo, tirando- lhe do sofrimento no qual ele está submetido, carecendo somente do aval do partido. Na convenção do PMDB local para as eleições daquele ano, por exemplo, Ronaldo continuaria tentando construir a sua imagem como aquele que salvaria os destinos da cidade e de seus situantes do seu ocaso econômico, político e social:

Os que quiserem protestar, os que quiserem arrancar do peito o grito de revolta, de sua inconformação (sic) e do seu inconformismo, ou aqueles que queiram alentar a esperança mais alta ou o sonho mais nobre, que manifestem a sua opção e a sua escolha nos candidatos da oposição, *para grande retomada*, porque é a grande decisão. (*Anuário de Campina Grande*, 1982, p.45, grifos nossos).

Ora em diante, portanto, o candidato de oposição, filiado ao PMDB, assumiria o objetivo declarado de reconduzir Campina Grande nos trilhos do desenvolvimento e do progresso, reeditando o sonho do grupo desenvolvimentista dos

anos 60. Diante do exposto, o partido avalia e delibera que o melhor nome para disputar a vaga para executivo municipal seria mesmo o de Ronaldo Cunha Lima.

Nada melhor do que marcar a volta da família à cidade coincidindo com o aniversário daquele que foi cassado em nome da democracia pelo regime militar. Foi o que aconteceu no dia 18 de março de 1982. No boletim de convocação oficial para o lançamento da candidatura de Ronaldo, no documento citado mais uma vez pelo jornalista Josué Sylvestre, encontram-se as seguintes informações:

18 DE MARÇO- RONALDO- PMDB - “O povo vai levar Ronaldo de volta ao lugar que a força do arbítrio lhe tirou”. 1- Dia 18 de março é o aniversário de Ronaldo Cunha Lima. Prefeito de Campina Grande eleito em 1986 e afastado contra a vontade do povo. 2-Nesta quinta-feira o PMDB (aumentado com incorporação do PP) promoverá manifestação pública no Teatro Municipal e indicará o nome de Ronaldo para candidato a prefeito. É o começo da luta rumo ao dia 15 de novembro e a prefeitura. “Vamos Governar Juntos”. (SYLVESTRE, 2014, p .286)

É interessante observar como o partido buscava conferir para imagem de Ronaldo aos olhos da sociedade uma áurea de mártir, de homem resignado que lutaria contra tudo e todos “por amor a Campina”, slogan máximo da campanha eleitoral do ano de 1982, como podemos observar na foto oficial da sua candidatura. O pemedebista teria regressado à cidade para recolocar a mesma mais uma vez em uma posição de destaque a nível estadual e recuperar o ânimo de seus “amados” cidadãos.

Imagem 1: Foto oficial da campanha de 1982 (Arquivo da Fundação José Américo).



Fonte: Disponível em < <https://www2.pbagora.com.br/noticia/politica/20101205124124/eleicoes-para-prefeito-de-campina-em-1982>> Acesso em 25 de novembro de 201

Concordamos com o historiador Wagner Geminiano dos Santos quanto ele coloca que Ronaldo buscou construir os acontecimentos que levaram a sua cassação em 1969 a partir dos interesses postos em disputa nas eleições de 1982 e em relação ao momento de seu retorno à cidade. Para tanto, o historiador reproduz o discurso formulado pelo próprio Ronaldo em entrevista concedida a William Tejo, para ficar arquivada no Museu Histórico de Campina Grande:

O fato é que a cassação veio. As cassações foram feitas aqui na Paraíba e do resto do Brasil inteiro, de acordo com a convivência, como eu disse, dos políticos dominantes na época, as cassações interessavam aos donos do poder, porque eles iam alijando do seu caminho aqueles que podiam interromper a sua caminhada. Note-se que Campina Grande era atingida pela segunda vez, pela segunda vez violentada na sua manifestação de vontade popular, antes o prefeito na cidade o Dr. Newton Rique, fora cassado após seis meses de mandato, o substituto o Dr. Williams Arruda, que era vice-prefeito que integrava o partido do governo e completou todo o seu mandato, eleito um outro integrante da oposição, novamente outra cassação. A cassação que me atingia, se por ventura motivos não fossem políticos, deveria permanecer meu vice-prefeito, que foi eleito comigo pela vontade do povo de Campina Grande, que era o Dr. Orlando Almeida, mas o que ocorreu, houve uma intervenção no município para que saísse, fosse afastado o Dr. Orlando Almeida e nomeado o interventor por indicação do Governador do Estado o Dr. João Agripino, que nomeou o General Paes e Lima. Nota-se, observa-se, sem maior dificuldade que o ato, a sequência do ato era uma determinação política, porque Newton Rique foi cassado, o vice-prefeito de Newton Rique, permaneceu no governo porque era da ARENA, Ronaldo é eleito foi cassado, não permaneceu o vice-prefeito de Ronaldo porque não era da ARENA, e é nomeado o interventor federal por indicação do governo do Estado, obviamente, claramente, meridianamente, onulantemente (sic) claro resulta a evidência de que a cassação, as cassações foram determinadas por atos políticos e só políticos ( Depoimento de Ronaldo José da Cunha Lima a William Tejo arquivado no Museu Histórico de Campina Grande *apud* SANTOS, 2016, p.107)

Como o pemedebista está falando em retrospectiva, no ano de 1981, e para os registros históricos do Museu de Campina Grande, a construção que Ronaldo faz destes acontecimentos e de sua participação no mesmo está eivada de interesses. Constatamos que Ronaldo não perde a oportunidade de tentar deixar marcada sua versão mais verossímil dos fatos na história da cidade, já vislumbrando o lançamento de sua candidatura a prefeito no ano seguinte. Na matéria a seguir, veiculada pelo Jornal da Paraíba na edição do dia 24 de fevereiro, poderemos observar como no ano de 1981 o pemedebista encaminhava as diretrizes que norteariam a sua campanha se colocando como o candidato da oposição e o único capaz de restaurar a democracia brasileira. Percebam:

“Sou da oposição, não aceito pressão e muito menos imposição” – assim se expressou à reportagem, o ex-prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, tendo em vista os últimos acontecimentos e as evidências políticas, que estão se verificando no Estado da Paraíba, especialmente, rebatendo as acusações do ex-governador João Agripino, que segundo Ronaldo Cunha Lima, aquele homem público que quer por todos os meios ditar as regras do jogo político das oposições, e o que é pior impondo a sua candidatura pelo partido governista. Continuando com as suas declarações, Ronaldo Cunha Lima foi taxativo: “Estamos sofrendo perseguições e injustiças a mais de 15 de anos, estamos sofrendo e nunca fugimos um só passo de nossos ideais para a restauração da democracia brasileira, sempre nos mantivemos na verdadeira oposição e não será agora que os retardatários e o aproveitadores políticos, sentindo e vislumbrando já uma mudança de situação, graças aos reclames populares e o grito do povo, esses “oposicionistas de última hora” queiram ditar normas, impor nomes e comandar a oposição que sempre soube sofrer e trabalhar na mais limpa consciência de cumprir os seus deveres pelo povo e ao lado do povo.” (*Jornal da Paraíba*, 24 fev.1981)

Interessante observar, ainda, que a nível nacional, o Brasil engatinhava os primeiros passos em direção ao lento, gradual e seguro período da abertura política. Como nos faz pensar Monteiro (2016), com o processo de redemocratização muitos herdeiros das tradicionais oligarquias se tornarão agentes que se utilizarão do discurso democrático como forma de atrair os mais variados setores populares que enfrentaram a ditadura militar. Porém, afirma o sociólogo, “imbuído do discurso democrático liberal, camuflam-se o processo de permanência e reprodução de linhas tradicionais e de detentores históricos de poder político, herdeiros dos mais tradicionais oligarcas do Estado” (MONTEIRO, 2016, p. 53).

Inspirados nesse estudioso, nos apropriamos do seu conceito de *grupo de poder familiar* para adaptá-lo parcialmente aos Cunha Lima. Esses grupos podem ser compreendidos enquanto famílias que historicamente controlam cartórios, as melhores e maiores extensões de terra, empresas, escritórios de advocacia, postos no ministério público e no poder judiciário, cargos de conselheiros dos tribunais de contas, faculdades particulares, e, atualmente, autarquias de governo, aparato midiático, sobretudo, jornais, rádios e televisão. Trata-se, portanto, de um poder que se estrutura não somente através de uma família, “mas na relação reticular das malhas e camadas que constituem as redes familiares de dominação políticas no Estado” (MONTEIRO, 2016, p. 53). Tentaremos na medida em que o trabalho avança, experimentar nossa hipótese para o grupo de poder familiar Cunha Lima, buscando demonstrar como os sujeitos históricos ligados a este, ocuparam cargos importantes no Estado da Paraíba, principalmente a partir dos anos 80.

Após esse breve parêntese, voltemos a campanha eleitoral de 1982. Ainda segundo o já citado boletim de divulgação oficial elaborado pelo PMDB, favorável a candidatura Ronaldo e produzido em função de seu regresso à cidade, Campina Grande precisava de uma administração democrática orientada em defesa da necessidade dos povos e dos bairros, além de conclamar trabalhadores das fábricas, lojas, dos bancos, profissionais liberais, donas de casa, comerciantes, estudantes, professores, aposentados, servidores públicos e ambulantes, pois era necessário que “ todo o povo que está sofrendo as consequências da política atual do governo” se reunissem no Teatro Municipal às 8 horas da noite, com Ronaldo Cunha Lima. Era preciso colocar em prática, também, a estratégia de firmar alianças, expressão dessa realidade residiu na escola do vice-prefeito, Antônio Carvalho de Sousa, sindicalista vinculado às comunidades eclesiais de base.

Sylvestre, declarado apoiador do grupo de poder familiar Cunha Lima, como podemos perceber, afirma que Ronaldo chegou em Santa Terezinha às 19 horas e uma carreata enorme se formou para acompanhá-lo ao centro da cidade. O jornalista conclui assim sua exposição dos fatos presenciados:

Não foi um comício. Foi uma das mais emocionantes e entusiasmadas festas políticas ocorridas em Campina. Toda a cúpula do PMDB paraibano estava presente. Discursos muito bons. As circunstâncias inspiravam, mas os pronunciamentos dos dois poetas- Asfora e Ronaldo- abalaram a multidão (SYLVESTRE, 2014, p 286).

Interessante notar como aliado e defensor da candidatura de Ronaldo aparece o vice-prefeito de Campina Grande à época, Raymundo Asfora. Este também era favorável ao nome de Antônio Mariz, que disputou o governo da Paraíba naquele ano e perdeu para o pedetista Wilson Braga. Em matéria veiculada pelo semanal pessoense *o Momento*, por exemplo, Asfora em discurso inflamado, declarou: “Vamos dar uma surra no governo porque esse governo é de peia” (*O Momento*, 21 a 27 de março de 1982), conclamando o povo a derrotar o PDS nas urnas, mostrando um evidente rompimento com antigos aliados. O arco de alianças do grupo de poder familiar Cunha Lima vai, portanto, tomando corpo.

## **1-2- A ESTRADA ATÉ O 15 DE NOVEMBRO DE 1982: VITÓRIA OPSICIONISTA EM CAMPINA GRANDE**

O dia 15 de novembro, como em geral todos os dias de eleição em Campina Grande e nas demais cidades do interior nordestino, amanheceu em clima de festa. Desde às primeiras horas da manhã o silêncio era perturbado pelos transportes que iam e vinham trazendo mesários das seções eleitorais, eleitores, membros da Justiça Eleitoral, candidatos e curiosos em geral. Não era para menos. As eleições cercavam-se de características especiais, pela conjunção de todas as consultas: governador, senador, deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores, com a exceção de presidente da República em que ainda não se votava.

Façamos uma breve exposição dos postulantes que disputariam o cargo a chefe do executivo municipal da cidade de Campina Grande naquele ano e, também, o quadro mais geral daquelas eleições a nível estadual. Começamos deste ponto. Praticamente consolidadas, no fim de 1981, as candidaturas dos deputados federais Wilson Braga e Antonio Mariz, pelo PDS e o PMDB, ao governo do Estado, o ano de 1982 ficou reservado para a escolha dos nomes que haveriam de completar as chapas partidárias nos planos federal (Câmara e Senado), estadual (vice-governanças e assembleia legislativa) e municipal (prefeito e vereadores). Para os cargos majoritários, a tarefa não era fácil, pois em cada partido, inclusive o recém-formado Partido dos Trabalhadores, grupos se compunham em favor dos candidatos de sua preferência.

Como se poderá ver, o ano eleitoral caracterizou-se por marchas e contramarchas, podendo mesmo afirmar que só às vésperas do dia 15 de novembro, o eleitorado tinha certeza dos nomes dos candidatos que se submeteriam ao seu julgamento nas urnas. Por isso mesmo, torna-se difícil historiar com precisão o andamento da campanha eleitoral ao longo dos meses que antecederam as eleições. Com o objetivo, pois, de facilitar, o registro dos fatos mais gerais, será mais conveniente enquanto exercício metodológico de exposição, separarem-se as ocorrências verificadas em cada um dos partidos, visando as soluções de seus problemas internos para, afinal, fazer-se uma apreciação da eleição de 15 de novembro e dos seus resultados.

De acordo com o Anuário de Campina Grande 1982, o PMDB tinha tudo para alcançar “uma estrondosa vitória” no pleito eleitoral de 82 na Paraíba, seja no tocante

a governança do Estado, seja mesmo quanto a uma ponderável parcela das municipalidades paraibanas (as maiores), cujo eleitorado manifestava as mesmas tendências oposicionistas dos grandes centros urbanos do país. O deputado Antonio Mariz, candidato ao governo pelo PMDB, além de grande prestígio conquistado ao longo de sua vida política, seja no executivo (fora prefeito de Souza e secretário do Estado), seja no legislativo (deputado federal), contava ainda com o decidido apoio de expressivas lideranças, dentre elas a do ex-governador João Agripino que, depois de ter se afastado da vida pública por alguns anos, a ela retornava na qualidade de candidato a deputado federal. Ademais, com a adesão do grupo de poder familiar Gadelha, de Sousa, ao PDS, o PMDB tornara-se aparentemente coeso e unido.

Ao mesmo tempo, em função da crise mundial do capitalismo que teve como expressão máxima a querela entre as economias ocidentais e os países exportadores de petróleo no ano de 1973, “o milagre econômico” dos militares começava a rimar mais com vinagre, na feliz expressão da canção de Gonzaguinha. Com isso, o descontentamento popular contra a política econômica financeira do governo dos militares, não só na Paraíba como no restante do país, favorecia às expectativas quanto ao êxito da oposição, cujos líderes esperavam conquistar o comando da maioria dos estados brasileiros ao pleito que teria, como aspecto mais significativo, o restabelecimento das eleições diretas para governador, vedadas desde o golpe empresarial-militar de 1964. A incorporação do Partido Popular ao PMDB serviu igualmente para fortalecer as bases oposicionistas em todo o país, unindo na Paraíba políticos como João Agripino, Antonio Mariz, Pedro Moreno Gondim (ex-governador), Humberto Lucena, Ronaldo Cunha Lima e inúmeros outros.

Nesse quadro, portanto, de aparentemente tranquilidade, a unidade do PMDB na Paraíba teve o seu primeiro grande teste quando da escolha do candidato a vice-governador do Estado. O problema se formou em torno da cidade de Campina Grande que reivindicava, como segundo maior colégio eleitoral da Paraíba (107 mil eleitores), indicar o companheiro de chapa de Antonio Mariz e já possuía inclusive o nome de sua preferência, o vice-prefeito Raymundo Yasbeck Asfora, que rompera em 1981 com o PDS e filiara-se ao PMDB. A cúpula peemedebista, contudo, através do senador Humberto Lucena, já manifestara anteriormente sua inclinação para Mário Silveira, ex-deputado estadual, que representava um forte contingente eleitoral do interior paraibano e, o que era mais problemático, já havia sido convidado e aceito o convite a vice-governança.

Diariamente, os jornais estampavam as mais contraditórias notícias sobre o imbróglio, ora noticiando rompimentos, ora veiculando fórmulas conciliatórias, ora prevendo adesões ao PDS na hipótese de persistir o impasse em torno da candidatura peemedebista à vice-governança do Estado. O Anuário de Campina Grande do ano de 1982 apresentava a seguinte versão dos fatos:

As reuniões se sucediam em João Pessoa, em Campina Grande e até em Brasília, e houve momentos em que a divisão partidária parecia inevitável. Mario Silveira não admitia, por hipótese alguma, retirar a sua candidatura, tendo o PMDB campinense, em nota oficial, lamentando a intransigência do candidato da cúpula partidária e reafirmando que a reivindicação campinense se prendia fundamentalmente à preocupação de consolidar a vitória da oposição no Estado, sem pretender criar dissensões dentro do partido (*Anuário de Campina Grande de 1982*, p. 43)

Estava aberta, assim, a primeira ferida dentro da oposição. Contudo, segundo aponta a documentação, Asfora estava disposto a se submeter a uma pré-convenção partidária para sair candidato a vice, mas posteriormente desistiu da ideia, salientando “que não desejaria ser motivo de desagregação das forças oposicionistas na Paraíba” (idem, p.43). Deste modo, o episódio da vice-governança no PMDB chegava ao fim. No plano estadual, pois, o partido definira os nomes de Antonio Mariz para governador, Mário Silveira para vice-governador, Pedro Moreno Gondim, Ney Suassuna e Djacir Arruda para o senado.

Do outro lado, como partido mais importante tinha-se o PDS. O ano de 1982 começou promissor para o Partido Democrático Social na Paraíba, pois inconformado com a escolha do deputado Antonio Mariz como candidato ao governo do Estado pelo PMDB, o grupo de poder familiar Gadelha, como já destacado, de Souza, decidiu passar para o partido situacionista, tendo como principal representante o deputado federal Marcondes Gadelha. Detendo um dos mais poderosos colégios eleitorais do Estado, os Gadelha constituíram uma importante adesão ao situacionismo, e logo se começou a comentar que um de seus membros, o industrial Francisco Gadelha, residindo em Campina Grande, poderia ser um dos candidatos ao cargo de prefeito deste município pelo PDS.

Apesar da importante adesão, o PDS começou a também experimentar no seu interior um processo de desarmonia com vistas à escolha do companheiro de chapa de Wilson Braga. De um lado, o grupo liderado pelos Gadelha e que contava com apoios importantes como o do ex-governador Ernani Sátiro, exigia para o cargo de

vice-governador o nome de Amir Gaudêncio, ex-superintendente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) na Paraíba e irmão do deputado federal Álvaro Gaudêncio. Por outro lado, o deputado estadual Evaldo Gonçalves também buscava a escolha de seu nome, baseado tanto no tempo de serviço prestado ao partido governista, como pela liderança que exercia sobre larga faixa do território paraibano, mais particularmente o compartimento da Borborema.

Como se não bastasse essa disputa, o nome do empresário José Carlos da Silva Júnior corria por fora, reunindo em torno de si as simpatias de prestigiosos pedessistas e sem que contra ele houvesse qualquer veto por parte da cúpula partidária. O nome do prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro<sup>5</sup>, era também cogitado, atribuindo-se a essa candidatura à chamada “Frente de Campina”, a essa altura totalmente descaracterizada por não ter quase nenhum campinense nos seus quadros. Desta feita, estava estabelecida uma guerra sem quartel nas hostes do partido. Diante desses nomes, contudo, uma questão se impôs: as condições materiais de construção de uma campanha eleitoral. Vejamos:

O problema maior, contudo, era que o PDS embora dispusesse de excelentes nomes para vice-governança, estava, porém, enfrentando sérios problemas de ordem financeira e, até então, nenhum dos candidatos já definidos poderia dar ao partido o suporte financeiro de que necessitava para a difícil disputa eleitoral que se avizinhava. Esse fator, evidentemente tinha de ser cuidadosamente considerado no momento da escolha do companheiro de chapa do deputado Wilson Braga. (*Anuário de Campina Grande de 1982*, p.46)

Seguiram-se os dias de constantes entendimentos e reuniões, com os grupos acusando-se mutuamente de rompimentos de acordos. Foi quando o Diretório do PDS decidiu intervir na escolha do vice, por considerar que as partes interessadas não apresentariam as condições para o consenso. E, no dia 7 de maio, o empresário José Carlos da Silva Júnior foi oficialmente anunciado como candidato a vice-governador e o bacharel Amir Gaudêncio como senador por sublegenda de Campina Grande. O anúncio foi realizado pelo governador Tarcísio Burity ao chegar de uma viagem a Brasília, de forma que já se consideravam definidos, como candidatos pelo

---

<sup>5</sup> Após o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PDS. O político administrou a cidade de 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983, o que contabilizava um período de seis anos sem interrupção. Um dos maiores períodos de tempo que um administrador ficou, continuamente e sem reeleição, a frente do Município. O político chega nas eleições de 1982 com a imagem desgastada e sem conseguir consolidar sua figura como a de um líder local. Não conseguindo indicar sequer um candidato de sua preferência para disputar as eleições municipais.

PDS, Wilson Braga para governador, José Carlos da Silva Júnior para vice, Marcondes Gadelha, Amir Gaudêncio e Olávo Nobrega para o senado da República.

Vamos agora centrar nosso olhar para disputa em Campina Grande e o comportamento apresentado pelos postulantes a chefe do executivo municipal no dia da aguardada eleição. O *Diário da Borborema* do dia 16 de novembro, sob o título “Campina Grande viveu um dia de intensa agitação”, assim descreveu as principais ocorrências do dia 15:

O clima foi de intensa expectativa por todo o dia de ontem em Campina Grande. Os eleitores de Ronaldo Cunha Lima, do PMDB, e Vital do Rego, do PDS-2, trocaram empurrões e insultos em quase todas as seções, tendo-se registrado caso mais sério no Posto de Saúde, no grupo Escolar Murilo Braga, na liberdade, no colégio Estadual da Prata e na Escola Assis Chateaubriand, no Bairro de José Pinheiro (*Diário da Borborema*, 16 nov. 1982).

Os dois principais candidatos à prefeitura, Vital e Ronaldo, comportaram-se de maneira diversa no dia do escrutínio nas urnas. Ronaldo passou o dia inteiro percorrendo as seções, enquanto Vital passou várias horas no gabinete do prefeito Enivaldo Ribeiro. O ex-prefeito Williams Arruda, que era candidato pelo PDS 1 e renunciou, foi substituído por Moisés Lira Braga. Edgar Malagodi, o candidato a prefeito pelo recém-fundado PT, não foi visto nas seções que funcionaram no centro da cidade, mas a documentação consultada indica que este trabalhou muito entre os eleitores do bairro de Bodocongó, onde o PT no seu nascedouro na cidade tinha grande penetração.

Como nos aponta o Anuário de Campina Grande de 1982, as apurações foram iniciadas na manhã do dia 16, no Ginásio César Ribeiro, havendo, como de hábito, relativa demora no início dos trabalhos face a necessidade de providências por parte dos juízes eleitorais tendentes a evitar perturbação da ordem, irregularidades ou até mesmo fraude. Os resultados da votação nas primeiras urnas logo demonstraram uma tendência do eleitorado em eleger os candidatos oposicionistas, embora, no tocante a governança estadual, os votos em branco asseguravam um relativo equilíbrio entre o candidato pelo PDS, Wilson Braga e o pemedebista, Antonio Mariz. O candidato Ronaldo Cunha Lima apareceu no local das apurações no final da tarde, quando já era manifesta a tendência do eleitorado em seu favor, e afirmou na oportunidade que “de nada havia adiantado os expedientes escusos utilizados pelo



campinense, saiu pela culatra, quebrando uma hegemonia que há muito tempo vinha sendo mantida pela situação. (*Anuário de Campina Grande de 1982*)

O mesmo quadro não se repetiu, entretanto, a nível estadual. Wilson Braga confirmou o favoritismo e tornou-se o governador eleito do Estado da Paraíba sobre o seu principal opositor, o deputado federal Antonio Mariz, do PMDB. Segundo o resultado oficial emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral, Wilson Braga conseguiu 509.885 votos contra 358.146 dados a Antonio Mariz, com uma diferença, portanto, de 151.739 votos. O candidato do Partido dos Trabalhadores, o bancário Derly Pereira, obteve 3.911 votos.

Na disputa para o Senado, Marcondes Gadelha (PDS) obteve 321.917 votos, contra 257.429 facultados a Pedro Moreno Gondim (PMDB). Amir Gaudêncio, também candidato ao senado pelo PDS, conseguiu 132.231 votos, e Idalmo da Silva, candidato do PT, 3.230. No tocante a deputado federal, o ex-governador Tarcísio Burity alcançou a votação mais expressiva em todo o Estado, com 173.107 votos, vindo a seguir João Agripino, desafeto histórico de Ronaldo Cunha Lima, do PMDB (85.982) e Joacil Pereira, do PDS (70.262).

A bancada paraibana do PDS, portanto, contou com 7 deputados e o PMDB com 5 cadeiras. No Senado, o PDS continuou com dois senadores e o PMDB com um. Das cadeiras da Assembleia Legislativa do Estado, o PDS obteve 22 e o PMDB as 14 restantes. Diante desse quadro, podemos afirmar que a vitória oposicionista se circunscreveu somente a cidade de Campina Grande, onde a partir de então o grupo de poder familiar Cunha Lima alçaria voo e junto à elite campinense arquitetaria um projeto de classe para o município.

### **1.3- UM PROJETO DE CLASSE PARA CAMPINA GRANDE: OS DESAFIOS DO MANDATO, ALTERNATIVA ECONÔMICA E ALIANÇAS COM A BURGUESIA CAMPINENSE**

Saindo vitorioso das eleições de 1982, Ronaldo Cunha Lima teve a oportunidade de pôr em prática a estratégia política que havia montado para a cidade e em favor de seu projeto de poder familiar no Estado da Paraíba. Ao assumir a prefeitura de Campina Grande no ano de 1983, o pemedebista procurou promover um

rearranjo na configuração política local, de forma a atrair para sua estratégia frações da classe dominante da cidade que compunham a sociedade civil campinense da época.

Como de praxe para qualquer grupo de poder que saia de uma condição de oposição para de situação, a regra número zero é marcar sensivelmente sua diferença em relação a administração anterior, no caso em tela, a do pedessista Enivaldo Ribeiro. E Ronaldo assim o fez. A cada pronunciamento, em toda e qualquer obra executada em seu mandato, por meio da mídia impressa, falada ou televisada, o então prefeito espetacularizaria sua gestão. Toda inauguração deveria, assim, funcionar como um acontecimento decisivo na e para história de Campina Grande, “para grande retomada”, claro, de seu desenvolvimento.

Contudo, para que a estratégia se tornasse bem-sucedida, seria necessário firmar parceria com setores da burguesia campinense, paraibanas e regionais. Lembremos, ainda, que a cidade ainda se recuperava dos impactos sofridos pela centralização econômica, política, administrativa e financeira imposta pelo regime militar sobre as cidades de porte médio/pequeno e do interior do Brasil, além das repercussões causadas pela crise mundial do capitalismo vivenciada por todo o globo no final dos anos 70 e início dos 80.

Mesmo assim, Ronaldo não abria mão de seu estilo grandiloquente na construção de suas narrativas e muitos menos de usar a mídia para reafirmar, seus compromissos com os campinenses, no intuito de tornar efetivo seu projeto de poder. Vejamos, por exemplo, o discurso realizado pelo prefeito em função do último dia de 1983 e do primeiro ano de seu mandato, onde o mesmo colocava que nesse pronunciamento apenas o seu “coração falaria”:

Eu que gosto de falar aos corações, desejo, hoje, que fale, apenas, o meu coração. Quero que minha mensagem, nesta véspera de ano novo, reflita todas as emoções que tenho represadas na alma. Tive as alegrias da vitória na eleição de 15 de novembro de 1982. Mas, o que me esperou, a partir daquele instante, foi o desafio de dar respostas a muitas, inquietas e quase impossíveis esperanças. A começar pelas minhas próprias esperanças. Confesso que resisti a momentos de quase desistência, a um quase sentimento de esquecimento de volta, a tal angústia que passou a cobrir quase toda a minha paisagem interior. Mas, resisti e haverei de resistir. Pela certeza que o amor a minha causa é maior que a causa de meu amor. (*Jornal da Paraíba*, 01 jan. 1984)

Após a criação de uma esfera emotiva entre governo e governados, Ronaldo ensaiaria uma breve análise de conjuntura apontando as razões que, no seu

entender, tanto sacrificaria a cidade de Campina Grande, conjugando fatores políticos, econômicas e naturais. No final do discurso, ainda era importante projetar nos cidadãos as expectativas de mudanças:

Encontrei uma prefeitura sacrificada, vi e vejo e sinto o sacrifício do meu povo. Além dos reflexos da política econômica nacional, sofremos os efeitos de uma seca demasiadamente prolongada, os céus retraindo-se, como que não querendo conviver com a terra, agravando terrivelmente as dificuldades para implantação dos planos com que pretendo conferir uma nova perspectiva de futuro ao nosso destino. Mas, creio em mudanças. O próprio povo irá ditá-las, creio na poderosa seiva de recriação de Campina Grande. A sua obstinação, a sua persistência, a sua criatividade e seu trabalho, farão germinar as sementeiras dos nossos sonhos. Hoje, pelo que já realizei, já tendes marcados vossos caminhos pelos meus passos. Todos já sentiram que muito fiz, sem poder, mas com o poder que vem da solidariedade espontânea dos campinenses, terei de fazer muito mais. Só peço que não me faltem com este concurso. Tudo pode parar em mim, até meu coração, porém nunca a fidelidade que devo a Campina Grande (*Jornal de Paraíba*, 01 jan. 1984).

Partilhamos da interpretação de SANTOS (2016) quando o autor propõe que, com esse discurso, Ronaldo buscava experimentar uma forma de fazer política na cidade marcada por um jogo de sedução, de disputas por pertencimentos, de interlocução com o público mediante a construção de um conjunto de narrativas que apontam para a sua identidade com a cidade e os interesses de “seu povo”. Entretanto, pontuamos, que não só através de discursos se sustentaria um projeto de poder familiar. A ideia do chefe do executivo municipal era introduzir a impressão que a cidade passaria a ser expressão de sua administração materializada na promoção das obras realizadas ora em diante por sua gestão e amplamente divulgadas por parte mídia local e estadual.

Expressão disso seria a edição especial do órgão da Prefeitura Municipal de Campina Grande, o *Jornal 11 de Outubro*. A matéria de capa aparece com o sugestivo título de “618 realizações do prefeito Ronaldo Cunha Lima em 2 anos e 8 meses de governo”. Na edição comemorativa que foi produzida em função dos 121 anos da emancipação política da cidade, o pemedebista com arroubos poéticos pontuava que “ quando não se tem recursos para fazer tudo, o recurso é tudo para se fazer mais (*Jornal 11 de Outubro*, 11 out. 1885). No corpo do texto se destaca a reforma da praça Clementino Procópio, a construção de 9 creches, os 455.554 km<sup>2</sup> de pavimentação de ruas, inclusive o asfaltamento da Avenida Manoel Tavares, ligando a Av. Floriano

Peixoto com a BR-104, a urbanização de bairros carente sem designá-los especificamente, e novas redes de galerias de esgoto. No final do artigo, o prefeito conclui a matéria da seguinte forma:

Estamos vencendo as dificuldades, porque contamos com o apoio, a solidariedade e a simpatia do povo de Campina Grande. E muito mais haveremos de fazer, pois o nosso compromisso é o de lutar, percorrer cada caminho, baseados na trilogia da HONESTIDADE, CRIATIVIDADE E AMOR, em busca de melhores dias e maiores realizações em favor dos campinenses e todos os paraibanos (*Jornal 11 de Outubro*, 11 out. 1985)

Já no ano de 1986 quem decide prestar homenagem a administração de Ronaldo Cunha Lima no dia 11 de outubro é o jornal oficial do Estado, *A União*. Logo em suas primeiras linhas, deduz-se o objetivo da matéria, a saber, construir uma narrativa favorável a imagem de Ronaldo e de Campina Grande. O texto sinaliza que “crescer é participar, desenvolver e progredir”. Afinado com o discurso elaborado na reportagem acima exposta, o jornal indica que “foi com honestidade, criatividade, e amor, que Campina Grande cresceu e chegou à condição de cidade líder do imenso interior nordestino”. Ademais, pontua que ao longo desses anos, isto é, dos anos correspondentes ao mandato de Ronaldo, “o povo campinense soube construir uma cidade dinâmica e progressista lutando contra todas as adversidades surgidas (*Jornal A União*, 11 out. 1986)

Interessante observar que quase em todas as publicações por nós consultados e também por meio dos estudos realizados sobre o início dos anos 80, mais detidamente na cidade de Campina Grande, o diagnóstico foi quase sempre o mesmo: o cenário era de crise. Além do já citado Damião de Lima, recorremos a antropóloga Elisabeth Lima (2002, pág. 189) que esboça o seguinte quadro a respeito das condições nas quais Campina Grande adentra na década de 80: “A década de 80 chega com o fim dos incentivos fiscais da SUDENE, muitas indústrias fecham as portas. Dá-se a diáspora do parque industrial, a transferência de capitais e empresas e um processo geral de desinvestimento, com repercussões negativas no setor comercial e de serviços de cidade”.

É justamente nesse período e em relação a estas diversas mudanças experimentadas pela cidade, que entra em vigor a alternativa econômica pensada pelo grupo de poder familiar Cunha Lima visando o soerguimento do município: o

aproveitamento do potencial turístico de Campina Grande calcado nas suas festas populares ou, como prefere chamar LIMA (2002), “a indústria sem chaminé”:

A indústria do turismo, a chamada “indústria sem chaminé”, surge como uma alternativa econômica para o município que, principalmente a partir da década de 80, assiste a um contínuo declínio econômico, após a perda de sua autonomia, principalmente de pólo centralizador de comércio do Estado da Paraíba e até mesmo da região Nordeste. Com essa crise no setor econômico, a festa surge como uma promissora alternativa; neste sentido ela passa a adquirir um sentido ímpar; é inventada para instituir na cidade o chamado turismo de eventos. (LIMA, 2012, p. 34-35)

A autora ainda nos ajuda a perceber que em substituição à antiga “vocaç o” da cidade que era o com rcio, Campina Grande se notabilizaria ora em diante no investimento e comercializa o de sua festa junina, que vai ficar conhecida como o “Maior S o Jo o do Mundo”.  , desta forma, portanto, que o turismo de eventos floresce na cidade como possibilidade da administra o Ronaldo Cunha Lima articulado   fra oes da classe dominante campinense auferirem recursos e, assim, serem criadas as condi oes objetivas para realiza o das obras que tanto marcariam a gest o do poeta   frente da chefia do executivo municipal.

Como fruto da capitaliza o de dividendos financeiros obtidos por meio do turismo de eventos, a pr pria espacialidade da cidade passaria por mudan as. Desta feita, escolhemos pensar a produ o e reprodu o do espa o urbano dentro da perspectiva do materialismo hist rico dial tico, buscando entender de que forma o espa o   produzido, partindo da concep o de que o espa o   resultado das rela oes sociais de produ o marcadas pela atua o dos atores sociais e que o direito   cidade como hoje existe, como se constitui atualmente encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, “nas m os de uma pequena elite econ mica com condi oes de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 63), n  obstante tamb m se configure enquanto lugar constante de disputas entre dominantes e dominados. Usemos os apontamentos de outra ge grafa marxista para analisarmos o caso de Campina Grande sempre concatenada a estrat gia do grupo familiar Cunha Lima de remodel -la segundo seus interesses mais prementes, a fim de iniciar o processo de consolida o e perpetua o de poder articulado com a classe dominante campinense:

As duas últimas décadas (1980-1990) foram marcadas pela preocupação crescente na política de preservação e construção de novos espaços destinados ao lazer e aos eventos culturais. Pode-se ressaltar a recuperação das ruas centrais da cidade, particularmente, devolvendo-as ao trânsito livre, que foram antes transformadas em calçadas, embora ainda permaneçam as barracas de pequenos comerciantes que margeiam as calçadas. Quanto à construção de novos espaços, destacam-se o Parque do Povo, área destinada às manifestações populares, encontros políticos, religiosos e é o lugar que sedia o Maior São João do Mundo, a festa mais popular da cidade, entre outros eventos; o Parque da Criança, o Museu Vivo da Ciência e da Tecnologia, o Ginásio dos esportes [o Meninão], além da abertura de novas vias de acesso ao centro da cidade, entre outro empreendimento sócio econômico e cultural. (SÁ, 2002, p. 186-187)

Vale também pontuar a estadualização da Universidade Regional do Nordeste (FURNE) em 1987, a restauração do Teatro Municipal e a fundação da TV Paraíba, como filiada da Rede Globo de Televisão no mesmo ano. Esse momento é marcante, uma vez que, a partir de então, uma tácita articulação passa a ser estabelecida entre o grupo de poder familiar Cunha Lima e o empresário até o ano de 1986, vice-governador da Paraíba pelo partido adversário do PMDB, o já citado José Carlos da Silva Júnior. Além disso, é inaugurado o Parque do Povo em 1986 e duas casas de show, o Forrock, em 1985 e Spazzio, em 1987.

Nesta mesma direção é muito emblemático o discurso elaborado por Itan Pereira na edição do dia 04 de fevereiro de 1986 do *Jornal da Paraíba*, quando da comemoração do terceiro ano de mandato de Ronaldo Cunha Lima na cidade. Em primeiro lugar, objetiva-se tecer uma profunda crítica a um programa do governo federal idealizado para atender as necessidades turísticas das cidades de porte médio, o PB-Tur, e que não estaria cumprindo seu papel nem suprimindo as expectativas campinenses, vejamos:

Em matéria de turismo, tudo que tem sido realizado se concentra na capital, a PB-Tur existe em função de João Pessoa. O programa do Governo Federal para as chamadas cidades de porte médio no qual Campina Grande foi incluída e que pretendia impedir o êxodo da população interiorana para os grandes centros metropolitanos, não passou de uma formidável piada. Não é que se queira, por um falso bairrismo, negar o direito que tem a capital de se desenvolver. O problema está em que não se pode sacrificar o progresso de Campina Grande pelo contexto que ela representa da região. Temos a impressão que suas lideranças cochilaram no momento em que, por conta de fatores conjunturais, o seu poderio comercial começou a perder terreno (Jornal da Paraíba, 04 fev. 1986)

Ainda houve espaço para o articulista alfinetar os antigos grupos de poder políticos que estiveram com as rédeas do executivo municipal em suas mãos, arrematando: “está aí o resultado, já que a cidade, acostumada a depender de suas próprias forças, se viu abandonada pelo poder público que nada fez para redirecionar o seu desenvolvimento” (*Jornal da Paraíba*, 04 fev.1986). A segunda parte do seu discurso deu lugar às loas oferecidas a administração peemedebista marcando seu diferencial em relação às gestões passadas, pontuando mais uma vez a quantidade de obras realizadas e indicando que uma “nova onda de otimismo invadia a serra”:

Nesta ocasião em que a administração completa três anos em verdadeiro clima de euforia pela quantidade de suas obras que estão sendo inauguradas, sente-se uma nova onda de otimismo invadir a serra. Recuperam-se praças e edificam-se outras. Rasgam-se avenidas, constroem-se calçamentos, criam-se creches e escolas, pavimentam-se os bairros, abrem-se estradas vicinais. Ouve-se falar em novas galerias, bueiros, meios fios e linhas d’água. As máquinas estão fuçando o terreno em que se levantará o chamado “Parque do Povo”, com seu futuro Forródrômo e seu ginásio de esportes. A garra campinense está sendo de novo posta à prova. Parece até que o desafio do “Maior São João do Mundo” que inebriou a cidade no ano passado sacudiu o brio da terra. (Idem)

A última parte do texto, escrito sob o título “por uma nova Campina Grande”, destaca que mais uma virtude do grupo de poder familiar Cunha Lima foi reavivar a capacidade de investimento e lucro da iniciativa privada, sobretudo, a do capital imobiliário e hoteleiro a partir da “febre de construção de edifícios” e por meio da construção de “hotel de grande porte”. Reafirma que em Campina Grande “respira-se uma atmosfera de renascimento”, facultando o mérito a seu então prefeito, Ronaldo Cunha Lima, e advogando a ideia de que seria preciso acreditar “numa nova Campina Grande”:

Da parte da iniciativa privada que, por muito tempo, só conhecia os desafios da bolsa mercadoria, está dando grandes sinais de vida. Existe uma febre de construções de edifícios. Novos vôos aéreos no João Suassuna. Hotel de grande porte. A FURNE se reabilitando. Enfim, respira-se uma atmosfera de renascimento. Deve-se ter o cuidado, porém, de pensar em obras de alcance produtivo. Aí está a vocação coureira a desafiar a tina dos campinenses. É preciso acreditar numa Nova Campina Grande (idem)

Lembremos, também, que o discurso que ora apresentamos pode ser interpretado como uma espécie de “gentilezas cruzadas” entre os envolvidos, pois o mesmo Itan Pereira foi parte interessada e cerrou as fileiras do grupo de poder familiar

Cunha Lima, ocupando primeiro o lugar de secretário de educação na administração do poeta e depois o de reitor da UEPB, quando Ronaldo era governador.

Procuraremos demonstrar neste momento com quais setores da burguesia campinense o grupo de poder familiar Cunha realizou articulações de classe. A primeira delas seria com a burguesia industrial. Para início de conversa, podemos citar importantes segmentos empresariais do estado, a saber, a Ecomel. LTDA, corporação especializada na instalação e fornecimento de materiais elétricos, que rapidamente buscaram aliar seus interesses ao do ascendente grupo familiar que palmilhava os primeiros passos em direção a consolidação do poder. Representantes dessas classes dirigentes, não perdendo de vista os lucros que poderiam favorecê-los, se mostraram extremamente satisfeitos com o projeto que colocaria Campina Grande novamente nos trilhos do “desenvolvimento”, e, assim, um destes segmentos se pronunciou sobre a inauguração do parque do povo:

Campina Grande é sinônimo de progresso! Prova maior do que afirmamos é esta na monumental obra que hoje é inaugurada pela Administração Ronaldo Cunha Lima- FORRÓDROMO- *cuja execução teve a nossa participação, com o fornecimento do material elétrico*, ensejando ao dinâmico povo campinense e aos turistas que aqui chegam, momentos de merecido e saudável lazer, em belas e iluminadas noites de festas. Assim como Campina Grande, nosso progresso depende do seu extraordinário povo, que nunca faltou com o seu decisivo apoio e incentivo. PARABÉNS, RONALDO! PARABÉNS, CAMPINA! (*Jornal da Paraíba*, 31 maio. 1986, grifos nossos).

Observamos, portanto, como nos ajudar a pensar David Harvey, que a construção de vários ambientes destinados ao lazer, à cultura e festas, isto é, o remodelamento do espaço urbano, esteve *pari passu* ligado a um projeto de classe pensado para e na cidade de Campina Grande mediatizados por suas elites. Quando do último ano de mandato de Ronaldo Cunha Lima, por exemplo, essa rede de articulações de classe levado a cabo pelo grupo de poder familiar adquiriu progressão exponencial.

Para tanto, as celebrações do quinto ano do prefeito Ronaldo Cunha Lima culminaram com um grande jantar nos salões do Spazzio, casa de show inaugurada na sua gestão, no qual compareceram nomes ligados a classe política, legislativa, financeira e empresarial de Campina Grande e da Paraíba. A mesa de honra do evento, segundo a edição do dia 31 de janeiro de 1988, foi composta pelo desembargador Miguel Levino, presidente do Tribunal de Justiça do Estado à época, o secretário Walter Arcoverde, da Casa Civil, representando o governador Tarcísio

Burity, os deputados José Maranhão e João Fernandes, pelas bancadas do PMDB na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa, o vereador Félix Araújo Filho, presidente do Legislativo Campinense e o senador Humberto Lucena. O nome ligado ao capital financeiro, Rivaldo Carlos de Carvalho, presidente do Banco do Estado da Paraíba (Paraiban), além do empresário Roberto de Aguiar Loureiro, presidente da Associação Comercial (ACCG) e da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Campina Grande. Os jornalistas Rubens Nóbrega e Carlos César, presidentes da Associação Paraibana de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Paraíba também estiveram presente.

Dos componentes da mesa, os políticos fizeram as honras da casa, ou melhor, da festa de conagração das frações da classe dominante campinenses. Falaram os deputados João Fernandes, já inaugurando a campanha Ronaldista para governo do Estado nas eleições de 1990, quando concitou o seu partido, “a deixar Ronaldo fazer pela Paraíba o que está fazendo por Campina Grande”. José Maranhão preconizou que “a Paraíba reserva grandes destinos políticos a Ronaldo Cunha Lima”, Félix Araújo Filho visando um lugar ao sol levantado pelo grupo de poder, conclama “o PMDB a desfraldar com Ronaldo a bandeira da vitória em 90, na sucessão estadual”.

No entanto, a fala que mais chama atenção é a do representante da burguesia comercial da cidade, Roberto Loureiro, afirmando que “Ronaldo era pela sua conduta política e administrativa o que a Paraíba poderia e poderá esperar de Campina Grande, por parte do empresariado e da sua classe política”. Entrementes, o senador Humberto Lucena buscando megalomanicamente, na sua opinião, ressaltar a liderança e a competência política- administrativa do pemedebista na cidade, declarou que “de Ronaldo, Campina Grande, a Paraíba, o Nordeste e o Brasil têm muito a esperar” (*Jornal da Paraíba*, 31 jan. 1988)

Para quem não pôde estar presente ou não teve assento na mesa do conagração das classes dominantes de Campina Grande, restou emitir notas de cumprimentos ao prefeito da cidade através do *Jornal da Paraíba*, que dedicou parte do segundo caderno do dia 31 de janeiro de 1988 somente às congratulações. O Restaurante La Costa, por exemplo, localizada à época na rua Agrimensor José de Brito, Bairro do Alto Branco, ofereceu a sua “homenagem pelo 5º aniversário da administração RONALDO CUNHA LIMA”, manifestando-se “sempre com o desejo de

servir ao seu povo, numa atitude de reconhecimento pela confiança recebida” e ainda asseverou que “o atual governo não para e continua na busca de maiores realizações”.

O concorrente direto da La Costa na cidade também não poderia deixar de prestar homenagens ao prefeito. Desse modo, através de sua diretoria, o Restaurante & Drinks declarou que “ao lado da nossa hospitalidade a nossa clientela, colocamo-nos, também, como toda Campina Grande solidários às manifestações que Campina Grande tributa ao prefeito Ronaldo Cunha Lima, no seu 5º ano de governo, pelos múltiplos empreendimentos realizados em favor do nosso desenvolvimento”. Tendo em vista às alianças de classe forjadas pelo pemedebista ao longo de seu mandato, a rede de restaurantes pontua ainda que “no nosso símbolo, sempre em marcha a locomotiva do progresso de nossa cidade. Afinal, uma cidade que tem o nome da nossa, não pode parar, e o prefeito Ronaldo Cunha Lima deu continuidade a essa marcha, da qual nos orgulhamos muito”.

A Associação Comercial de Campina Grande além de estar presente no jantar, ainda emitiu nota no jornal tamanha era sua simpatia a administração de Ronaldo. Senão vejamos:

No transcurso do 5º aniversário da administração de Ronaldo Cunha Lima, a Associação Comercial de Campina Grande, em nome da iniciativa privada, sente-se no dever de cumprimentar aquele que, com criatividade e trabalho, superou obstáculos e desafios, atraiu novos investimentos tornando Campina Grande a cidade do Maior São João do Mundo, das maiores casas de shows e que tanto tem contribuído para o desenvolvimento social da cidade (*Jornal da Paraíba*, 31 jan. 1998.)

Observa-se que a ACCG, na figura de seu presidente Roberto Aguiar Loureiro, tributa a administração de Ronaldo a superação da crise ou dos “obstáculos e desafios” nos quais Campina Grande estava mergulhada antes de seu mandato, pontua o mérito do prefeito de ter “atraído novos investimentos” para a cidade reaquecendo, deste modo, a economia e o lucro da iniciativa privada.

Além destes citados, três empresas representantes do capital imobiliário também tecem elogios ao prefeito por meio do jornal. A primeira, a Construtora Paraná LTDA, em sua comunicação, coloca que “sempre pensando em trazer o melhor para Campina Grande, o Prefeito RONALDO CUNHA LIMA vem realizando uma administração digna de elogios”. A nota assinada por seu diretor-presidente, Tarcísio Costa Figueiredo, e o gerente administrativo, Robson Dutra enaltecem ainda que “hoje, quando comemora o 5º ano de sua administração, os campinenses, satisfeitos,

parabenizam seu atual dirigente pelo sucesso com que está comandando o seu governo". Por sua vez, a Construtora DUBU LTDA declara que se sente satisfeita "em constatar o zelo com que tem sido tratada nossa querida cidade". Diz esperar que o "progresso e o desenvolvimento desta terra continuem sendo a meta prioritária de seus administradores", formulando, ainda, seus "votos de parabéns por mais um ano de brilhante desempenho administrativo" de Ronaldo.

A Construtora RODOARTE LTDA afirma ter executado obras entregues à população campinense, nos bairros da Catingueira e Vila Cabral de Santa Terezinha. Assim, insinua na nota que "não poderia ficar indiferente a este fenômeno que vem beneficiar todos nós que amamos nossa querida terra. Nesta oportunidade, expressamos todo o nosso apreço ao ilustre Prefeito RONALDO CUNHA LIMA que ora conduz os destinos de nossa querida Campina".

A classe política do Estado da Paraíba e de Campina Grande também se pronunciou. O prefeito de João Pessoa, Antonio Carneiro Arnaud, traz sua solidariedade a Campina Grande, em forma de homenagem ao seu "grande líder, que entregou "à sua comunidade diversos e valiosos benefícios, especialmente destinados às suas camadas populares mais necessitadas". Era preciso pontuar também o clima de amizade entre os dois prefeitos e as duas cidades, uma vez que elas juntas representam a maior parte da economia da Paraíba:

A exemplo do que temos feitos em João Pessoa, em Campina a sua administração Municipal está a se preocupar com essa problemática, a nível de uma integração de esforços dos governos municipal, estadual e federal, respaldados pela própria comunidade. Ao ensejo desse evento, João Pessoa pela sua fraterna brisa marítima, qual sopro restaurador da amizade de sua gente a Campina Grande, integra-se ao hospitaleiro clima da Serra da Borborema, para juntas- as nossas maiores cidades- continuem trabalhando pelo desenvolvimento integrado da Paraíba como um todo. (Idem)

Percebam que no corpo da nota outra narrativa é acionada pelo prefeito de João Pessoa em relação ao de Campina grande. A situação de rivalidade anterior entre as cidades deveria ser superada, em função do "desenvolvimento integrado da Paraíba como um todo". Por fim, destacamos a nota oficial emitida pela CMCG, assinada por seu presidente, Félix Araújo Filho e o primeiro secretário, João Dantas. Nesta, um balanço geral das obras realizadas durante a gestão de Ronaldo na cidade é mais uma vez copiosamente destacado, argumentando que o prefeito teria "perante à comunidade campinense, um acervo largamente positivo a apresentar", veja:

A metragem de calçamento espalhado por toda a cidade que foi construída; inúmeros grupos escolares edificadas e postos em funcionamento; cerca de

uma dezena de creches entregues aos filhos de mães carentes campinenses; milhares de refeições distribuídas em forma de merenda escolar, reajustes concedidos ao funcionalismo municipal, o Parque do Povo, etc., tudo isso, situa o governo municipal como realizador e participativo (Idem).

A mesa da Câmara Municipal de Campina Grande em tom laudatório afirma que “por todos quanto o realizam, aproveita o transcurso do quinquênio da administração municipal, para render-lhe um preito de reconhecimento e exaltação”. O que mais chamou nossa atenção, no entanto, foi a menor nota emitida, uma vez que, a nosso ver, o mais interessante foi a imagem esboçada acima do texto, que acabou por dizer mais que ele, percebam:

Imagem 2: Os anos Dourados de Campina Grande



Fonte: Jornal da Paraíba, 31 jan. 1988.

Trazendo em seu corpo um simples: “A nossa homenagem ao Prefeito Ronaldo Cunha Lima, no 5° ano de sua administração”, como a congratulação foi emitida pela Companhia Eletricidade Borborema (CELB), quem elaborou a nota utilizou a representação de lâmpadas acesas relacionando-as aos anos correspondentes ao mandato de Ronaldo Cunha Lima como prefeito da cidade, isto é, entre 1983 e 1988. Sob o título de “os anos dourados de Campina Grande”, a ideia era passar a imagem de que o período em que o pemedebista teve as rédeas do executivo municipal em suas mãos foi realmente de reaquecimento da economia local e que a cidade enveredava novamente pelos trilhos do desenvolvimento, vivenciando, por assim dizer, os anos dourados de sua história.

Diante do exposto, sustentamos que Ronaldo Cunha Lima moveu uma estratégia política a fim de soerguer economicamente a cidade através do investimento no turismo de eventos. Para tanto, era preciso estabelecer uma série de articulações de classe com setores das elites campinenses, remodelando, assim, o

espaço urbano em função da produção e reprodução do capital, seja ele industrial, comercial, financeiro, imobiliário ou da classe política.

No entanto, como vimos, chega-se ao ano de 1988, fim do mandato de Ronaldo Cunha Lima à frente do executivo municipal. Essa data marca um momento importante. Seria necessário manter na prefeitura de Campina Grande um substituto tão “capaz” quanto Ronaldo incumbido da responsabilidade de manter o “acordão” formulado entre o grupo de poder familiar e setores das burguesias campinenses. Surge, nesse horizonte, fortemente o nome de Cássio Cunha Lima, deputado federal Constituinte, filho e herdeiro do capital político do atual prefeito. Chegamos, assim, ao segundo momento do nosso trabalho.

## **CAPÍTULO II**

### **“PARA QUE CAMPINA PERMANEÇA COM UM ENCONTRO MARCADO COM O FUTURO”: A CONSTRUÇÃO DO HERDEIRO E A MANUTENÇÃO DO ACORDO ENTRE O GRUPO DE PODER FAMILIAR CUNHA LIMA E A BURGUESIA CAMPINENSE**

#### **2.1- INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E OS PRIMEIROS PASSOS DO HERDEIRO**

Nessa fase inicial do capítulo, nosso objetivo mais premente será acompanhar a infância, adolescência, retorno à cidade e os primeiros passos na vida pública daquele que depois sucederia a Ronaldo Cunha Lima a frente da prefeitura municipal de Campina Grande, seu filho e herdeiro político Cássio Rodrigues da Cunha Lima.

Diante da cassação de Ronaldo Cunha Lima, em 1969, a fase de adaptação em uma nova cidade foi delicada para a família Cunha Lima, sobretudo,

para seus filhos. Em especial, Cássio Cunha Lima, sujeito de nossa investigação nesse segundo capítulo, alegou ter sido, inicialmente, alvo das brincadeiras de seus colegas de escola em São Paulo devido a seu sotaque. Esse, em entrevista a socióloga Gabriela Caniello, conta que a cassação de seu pai acabou sendo um episódio traumático na sua vida, uma vez que “de repente havia perdido o seu quintal” (CANIELLO, 2013, p. 47), fazendo referência ao espaço onde brincava na casa da avó, dona Nenzinha Cunha Lima.

Cadenciando nossos olhares um pouco sobre a infância de Cássio, sua irmã, Glauce Cunha Lima, relata em entrevista concedida ao *Jornal da Paraíba*, dispositivo da mídia e entidade de classe de extrema importância para veiculação e consolidação do grupo de poder familiar Cunha Lima em Campina Grande, que “ele era um menino muito estudioso, desde criancinha. Como nós temos as idades muito próximas, estudávamos na mesma série e era difícil concorrer com Cássio, que só tirava 10”. Ainda segundo a matéria, percebemos que seus familiares buscam forjar em torno da figura de Cássio alguém que teria seus passos determinado antecipadamente pelo destino, “um predestinado”. Deste modo, as loas continuam a todo vapor: “ele sempre foi muito centrado. Aquele tipo de pessoa que já nasce sabendo para que veio. Mesmo que não tivesse, ainda, consciência disso. Parecia que tudo já estava tudo meio traçado na vida dele. (*Jornal da Paraíba*, Suplemento Especial Vida de Governador, 1 jan. 2003.)

Durante a adolescência, por exemplo, Cássio começava a participar de movimentos estudantis enquanto aluno do colégio São Vivente, no Rio de Janeiro. Nosso personagem destacou-se, sobretudo, na organização de eventos, saraus, gincanas e campeonatos. Segundo discurso do JP, mesmo numa fase em que os jovens se permitem transgredir normas, Cássio, ao contrário, já estava antenado com os problemas de que ele poderia ajudar. A mãe, Glória Cunha Lima, observa: “Cássio era muito independente e determinado em ajudar as pessoas”. (*Jornal da Paraíba*, Vida de Governador, 01 jan. 2003.).

No início dos 80, com a eleição de Ronaldo, Cássio passa a exercer o cargo de assessor na prefeitura tendo como função atender o público, fazendo uma ponte entre os cidadãos e o chefe do executivo municipal, seu pai. Ainda nessa época, enquanto graduando, foi diretor do Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e presidente do Centro Acadêmico de Direito Sobral Pinto, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Do ponto de vista sentimental, a irmã, carinhosamente chamada de Gal afirma que a nunca vez que viu Cássio assumir um compromisso sério foi quando ele namorou a primeira esposa, Sílvia, neta do ex-prefeito da Cidade, Elpídio de Almeida. É importante pontuar essa história, pois o ano e as circunstâncias em que se conheceram 1982 marca justamente a volta da família Cunha Lima à Campina Grande. Durante a campanha de Ronaldo para prefeito da cidade, Cássio estava à frente do comitê jovem, o mesmo que Sílvia fazia parte. Usando as palavras, destaca-se, da hoje ex-esposa:

Essa campanha de Ronaldo tinha um cunho de inocência. Nós pintávamos muros com mensagens bonitas, fazíamos pequenas passeatas, tudo com um toque muito leve. Eu acho que admirei Cássio desde o primeiro momento. Uma relação tem que ter admiração, respeito e muito amor. Tenho certeza que isso é que nos prende até hoje (JORNAL DA PARAÍBA, Suplemento Especial Vida de Governador, 1 jan. 2003)

Partilhando da ideia de SCWARTZENBERG (1978) e das declarações até então realizadas, percebemos que além “das qualidades individuais, atinentes a sua própria pessoa (Cássio), os personagens políticos devem acrescentar-se de qualidades “sociais”, emitidas por aqueles que os cercam, sobretudo seus familiares”, uma vez que “ninguém é bom cidadão (homem público) se não é bom filho, bom pai, bom irmão, bom amigo e bom esposo” (SCWARTZENBERG, 1978, p.111) para se apresentar no teatro do poder.

De acordo com teórico político francês, especialista em analisar táticas eleitorais, os políticos desempenham papéis para contrastar com seus oponentes. Neste sentido, para nosso caso particular, aparentar ser um bom esposo é a regra número zero para aquele que aspira a longo prazo ser um governante. Esse deve, portanto, passar a imagem de estabilidade para corresponder a moral tacanha da dita “família tradicional brasileira”. Deste modo, Cássio casa-se com Sílvia em 29 de dezembro de 1983. Quando este foi participar de seu primeiro pleito eleitoral, a esposa assumiria um papel importante, pois será preciso transmitir a imagem de um casal unido na expectativa de conquistar os votos daqueles supostamente sensíveis a esse tipo de projeção. O objetivo da esposa Sílvia seria o de humanizar a imagem do marido, que desta maneira pode ser imaginado como aquele que no círculo familiar tem uma vida tranquila similar a experienciada por parte de seus eleitores, uma vez

que “cabe aos filhos (ou aos netos) do dirigente um papel de humanização do seu personagem” (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 120) Duvidam? Senão, vejamos:

Quando não está trabalhando, está em casa grudado com a família, assistindo TV, ensinando os filhos e conversando com eles. Cássio conversa muito com os meninos. Ele está sempre passando para os filhos as coisas que aprendeu ao longo de sua vida. Os filhos não cobram do pai uma presença maior do que a que ele pode dar, compreensão que consolida a harmonia doméstica. (JORNAL DA PARAÍBA, Suplemento Especial Vida de Governador, 1 jan. de 2003.)

Após rápida contextualização da infância e adolescência de Cássio Cunha Lima, é chegada a hora da entrada na política partidária. Mesmo sendo apresentado por seu pai ao universo político através do cargo de assessor, foi Raymundo Asfora, digamos assim, seu primeiro padrinho político. Este, aceitando o convite para formar a chapa ao lado de Tarcísio Burity, pelo PMDB, que disputaria o Governo do Estado no ano de 1986, indica “numa homenagem as novas e futuras gerações” para preenchimento de sua vaga na câmara federal, “o jovem e universitário Cássio” (CANIELLO, 2013, p. 54). Após a indicação de Asfora, o acadêmico de Direito acaba simpatizando com a ideia e lança sua campanha tendo em vista o cargo parlamentar com o slogan “Um novo Caminho”.

Ora em diante é empreendido todo um projeto de construção da imagem pública do candidato, componentes de sua juventude passariam a ser explorados, tendo como objetivo transformar o que, segundo o próprio Cássio, era considerado como “grande defeito” pelas lideranças formais do Estado, isto é, sua falta de experiência, em fator de agregação, tornando-a, estrategicamente, sua maior virtude.

Nos dispositivos de mídia aliados ao projeto Cunha Lima, a campanha do postulante ao cargo federal recebia parecer favorável. Na coluna *Visorama*, por exemplo, o articulista Tarcísio Cartaxo, que assina suas matérias no Jornal da Paraíba, já dá como certo a aprovação nas urnas do pemedebista no dia 15 de novembro do ano corrente:

Relativamente a Campina Grande, na presente campanha eleitoral, se há uma coisa que ninguém discute nem põe em dúvida é a consagradora votação a ser consignada pelo universitário Cássio Cunha Lima. A ele ninguém polemiza que serão destinados, em Campina, de trinta a quarenta mil votos. E tal performance — eis um outro dado importante - ele alcançará não apenas por ser filho do prefeito Ronaldo Cunha Lima. Sua facilidade de expressão, num flagrante indício da eloquência herdada do pai, igualmente mesclada de marcantes traços poéticos, e a atualidade das proposições que tem para uma Assembleia Nacional Constituinte, são atributos que o têm credenciado a tais parâmetros (*Jornal da Paraíba*, 01 out. 1986)

Percebemos também que no discurso do articulista é preciso não atrelar a figura nascente de Cássio somente ao capital político herdado pelo pai. Faz-se necessário frisar os “atributos” atinentes ao próprio Cássio, como, por exemplo, “sua eloquência”, “atualidade de proposições”, uma vez que tais “parâmetros” o credenciam, não apenas por ser filho do chefe do executivo municipal, a torna-se o mais jovem parlamentar constituinte à época com 23 anos. Contudo, inegavelmente, o prestígio adquirido por Ronaldo Cunha Lima teria uma certa influência na campanha de Cássio. Entrementes, a aprovação ou não de Cássio nas urnas na então eleição de 1986 ofereceria a dimensão do prestígio que estava sendo construído pelo grupo de poder familiar na cidade de Campina de Grande e no Estado da Paraíba.

Diante da precipitação dos acontecimentos, o prefeito Ronaldo da Cunha Lima sabia que para fazer política não se pode apenas contar com seu “indesmentível carisma popular”, mas é igualmente consciente de que outros fatores são importantes para um maior rendimento político-eleitoral quer para si, quer para o seu grupo, como, sobretudo, para o seu partido. Neste sentido, na presente campanha, o poeta encontrava-se bifurcado por dois desafios, sendo um a nível campinense e um outro a âmbito estadual. A boa resolução das duas pelejas seriam de fundamental importância para as futuras projeções políticas do grupo de poder familiar, especialmente a sucessão na prefeitura municipal campinense marcada para o ano de 1988 e a própria disputa pelo governo estadual, em 1990.

Ronaldo estava sendo testado eleitoralmente a contar de seu reduto eleitoral, Campina Grande. Na cidade essa leitura seria mensurada tanto pela votação consignada, para a Câmara Federal, pelo seu filho, o “universitário” Cássio Cunha Lima, quanto pela margem de votos obtidos pelo candidato Tarcísio Burity, nome escolhido pelo PMDB, sobre Marcondes Gadelha, filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL), na disputa pelo Governo do Estado<sup>6</sup>.

Uma agravante passaria ainda a chamar a atenção do PMDB campinense. É que a posição do candidato Marcondes Gadelha estava melhorando em Campina Grande de forma a preocupar os setores oposicionistas. As prévias eleitorais

---

<sup>6</sup> Dos 93.236 votos recebidos, Cássio angariaria em Campina Grande nesse pleito 38.733 sufrágios, em João pessoa 5.721 e em Solânea 3.608, uma vez que tinha o apoio do prefeito à época Arnóbio Viana. Na outra trincheira, aqui, Burity atinge 67.478 votos contra 37.796 de Marcondes Gadelha.

circulantes diariamente na cidade indicavam um crescimento da candidatura governista em certos bairros, ultrapassando até o candidato do PMDB, o deputado Tarcísio Burity. Alguns fatores poderiam estar contribuindo para essa situação. No próprio Jornal da Paraíba falava-se muito na ação direta do Grupo Gadelha e a ideia de que o sr. Burity, quando governador da Paraíba, nada fez por Campina Grande se tornou pedra de toque na campanha de Marcondes Gadelha, enquanto o PMDB mostrava-se impotente para desfazer esta imagem.

O prefeito Ronaldo Cunha Lima ainda estava sendo acusado de estar muito empenhado na campanha de Cássio. Este desejo do chefe do executivo municipal campinense de eleger o seu filho deputado federal criava de certa forma algumas arestas dentro do partido. Importante lembrar que à época, dentro do PMDB campinense, havia praticamente quatro grupos concorrentes em busca de hegemonia, todos com pensamentos diferentes: os Cunha Lima, o grupo de Agassiz, o grupo de Aluísio Campos e a ala mais à esquerda, contando inclusive com o sapateiro militante, o Peba.

Haja vista tanta heterogeneidade de interesses, o pleito teria se desenvolvido nesse particular, com o empenho das lideranças partidárias de cuidar muito mais da vitória de seus candidatos, de seus triunfos pessoais. A candidatura do sr. Marcondes cresce e no pique de desenvolvimento poderiam frustrar as oposições, que esperavam uma vitória de 15 a 20 mil votos em Campina Grande, o que na prática ocorreu, mas estava sob certas ameaças. Observemos a questão assim formulada pela mídia escrita:

A pergunta tem sido feita: o que fazer? O PMDB tem a obrigação de sentar na mesa, avaliar o quadro com base em fatos reais, esquecer os individualismos e partir para o corpo-a-corpo junto ao eleitor, mostrando propostas reais, menos conversa e mais ação. Esquecer a vitória de 82, pois as circunstâncias hoje são diferentes, até desfavoráveis ao partido. O que se vê hoje, por exemplo, são poucos os candidatos peemedebistas detentores de votos. Talvez, apenas dois ou três. Quanto à Aliança Trabalhista o que se pode esperar daqui para frente será uma ação mais decidida, própria de fim de campanha, num trabalho que pode lhe ser favorável, obtendo uma vitória ou até mesmo uma derrota por pequena margem de votos em Campina Grande. O que seria desastroso para o PMDB (*Jornal da Paraíba*, 01 out.1986)

O PMDB campinense percebendo o que estava a lhe escorrer entre os dedos muda de postura e um dia antes do escrutínio emite a seguinte nota através da

coluna opinião do JP, escrita pelo membro de seu diretório e professor da UFPB, Mário Araújo, sob o título de “Votar com Consciência”:

No plano estadual, nosso voto deverá ser no sentido de isolar as forças do passado. Não é difícil identificá-los. De que lado estão os malufistas, os latifundiários, as expressões maiores da reação em nosso estado? Pois bem, fiquemos do outro lado. Do lado viável e a partir de onde possamos avançar. Do lado de cá também há contradições, há defeitos, há pecados, sem dúvida. Há, entretanto, nele, um bloco de forças progressistas que haverá de garantir um mudancismo mínimo na realidade estadual, e que não cairão em berço esplêndido, após a vitória eleitoral. É possível que, afinal, depois de anos e anos de domínio oligárquico e de concentração do poder político, as forças do atraso sejam, afinal, apeadas de importantes postos de mando. Mas é preciso ter a compreensão exata de que nada disso virá sem luta. Por isso, optamos pelo PMDB HISTÓRICO, luz no túnel do fisiologismo reinante. Força política ponderável para trazer o futuro governo para o trilho de mudanças reais, efetivas e factíveis, por mínimos que sejam (Jornal da Paraíba, 14 nov. 1896.)

Mário Araújo, desta forma, conclama a todos a votarem no próximo dia 15 no “PMDB histórico”, apesar dos defeitos e contradições do mesmo, fazendo clara referências as várias tendências dentro do partido. Pede ainda uma votação “sem alarde, sem emocionalismos”. No seu discurso, apenas armados da compreensão e da consciência que das escolhas dos eleitores campinense e paraibanos dependerá a manutenção e o avanço da democracia, a continuidade e o aprofundamento das mudanças exigidas pelo povo brasileiro.

## **2.2- CÁSSIO NA TRIBUNA E NOS JORNAIS**

Sob à luz dos acontecimentos acima expostos, os objetivos do PMDB foram concretizados nas urnas nas eleições dos anos de 1986. Burity tornava-se governador com uma margem superior a 29. 682 em Campina Grande com relação ao seu oponente direto. Cássio, por sua vez, também, elegeu-se, com ampla votação, deputado federal.

Nessa fase do capítulo objetivamos o levantamento dos primeiros anos de Cássio Cunha Lima enquanto parlamentar e como essa atuação apareceu nos jornais analisados. Com isso, reconheceremos a presença eficaz de um novo elemento que contribuiu, sobremaneira, para o projeto de poder familiar do grupo Cunha Lima: a utilização de aparelhos privados de hegemonia. Refiro-me a setores da mídia escrita burguesa.

Segundo Dênis de Moraes (2009), a comunicação jamais esteve tão fortemente entranhada nas batalhas de ideias pela direção moral, cultural e política da sociedade. Sob a alegação de que exerce uma função social específica, isto é, informar de maneira neutra a realidade dos fatos a uma suposta coletividade, a mídia não quer submeter-se a freios de contenção e se põe fora do alcance das leis e da regulação estatal.

No Volume II de os “Cadernos do Cárcere”, referentes aos intelectuais, o princípio educativo e o jornalismo, Antonio Gramsci situa a imprensa como “a parte mais dinâmica” da superestrutura da classe dominante que tem ou pretende travar embate para alcançar o aparelho de Estado. Além disso, convém lembrar como e a quem são feitas as concessões governamentais, sem esquecer as vultosas verbas públicas voltadas para grupos midiáticos privados. Assim sendo, é interessante perceber em que medida os periódicos por nós analisado construíram uma narrativa favorável em torno do pemedebista Cássio Cunha Lima e os interesses de classe que movem essa relação entre grupos políticos e midiáticos.

Deste modo, pensam-se as articulações do Grupo Cunha Lima com a mídia, sobretudo, aquela ligada ao empresário José Carlos da Silva Júnior, no sentido Gramsciano. O autor italiano nos provoca a ponderar que parcelas da mídia podem estar ligadas aos interesses do grande capital e, desta forma, se ocupam em dar coesão ao processo de formação de sociedade civil. Mostrou também que parte desses mesmos setores são controlados pelo capital privado, mas tratam de assuntos públicos. Logo, grande parte da imprensa é partidária, movida por interesses que não são públicos. São interesses ideológicos, financeiros, econômicos, interesses capitalistas. Vale ressaltar que o fundamento da mídia, predominantemente, da grande mídia, é a propriedade privada e a reprodução capital.

Assim, jornais funcionam como aparelhos políticos- ideológicos que selecionam, elaboram, divulgam e unificam concepções de mundo. Cumprem a função de organizar e difundir determinados tipos de cultura concatenados de forma orgânica a determinados agrupamentos sociais, exercendo certa influência na compreensão de fatos sociais, partindo sempre de “uma certa orientação geral; e que se pretenda tomar tal grupo como base para construir um edifício cultural completo, autárquico”. Ademais, como defende o filósofo marxista, “todo edifício deve ser construído de acordo com princípios “racionalis”, isto é, funcionais na medida em que

se têm determinadas premissas e se pretende atingir determinadas consequências (idem, p. 198)

Podem com isso, portanto, selecionar as vozes que devem falar e ser ouvidas, geralmente aquelas que não ameaçam as suas conveniências política e metas mercadológicas. Desta forma e partindo deste aparato conceitual e metodológico de interpretação das fontes, defendemos que entre os anos de 1987 e 1988, tendo como referência os jornais sobre os quais nos debruçamos, a voz que mais se queria ouvir era a do “jovem acadêmico” Cássio Cunha Lima.

O recém-eleito deputado federal ao referir-se sobre qual seria sua posição na Assembleia Nacional Constituinte, disse que procurou, durante toda a sua campanha, levar ao conhecimento do povo suas propostas que ora em diante seriam levadas para a Constituinte: "Quero levar o grande espaço que foi adquirido pelo povo brasileiro para que nosso País possa encontrar o seu crescimento social, e, estaremos em primeiro lugar na luta pelo fortalecimento da Democracia". Afirmou ainda que era lamentável se saber que o Brasil, hoje, “tem 57 por cento de sua população afogada em miséria absoluta. Nós precisamos mudar este quadro, para que o Brasil possa crescer e lutar com afinco, com determinação para que o direito do cidadão brasileiro seja garantido na Constituição" (Jornal da Paraíba, 18 nov. 1986).

Chegamos ao ano de 1987. Antes mesmo de ser instalada oficialmente a Assembleia, que iniciou suas discussões no dia 01 de fevereiro do ano corrente, na mídia regional, desta vez nos referimos ao Jornal oficial do estado, *A União*, a expectativa para que Cássio assumisse seu lugar na câmara federal era imensa. Na matéria intitulada “Cássio, o Constituinte”, a caneta de Lima e Sousa assina as seguintes palavras:

Cássio Cunha Lima, o mais novo Constituinte, filho do poeta e prefeito de campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, futuro candidato a governador da Paraíba, apresenta-se, sem sombra de dúvida, numa grande esperança para os paraibanos. É jovem, muito jovem, apenas 23 anos de idade, mas pela experiência do seu pai, promete fazer uma boa representação dos mil e um eleitores que sufragaram seu nome às urnas das últimas eleições de 1986. (*A União*, 31 jan. 1987)

O articulista inicia a ideia que integrantes do próprio PMDB protestaram, às claras, de que o filho de Ronaldo Cunha Lima não teria nenhuma estrutura para ser candidato do partido, nem conseqüentemente eleito deputado federal à Constituinte, mediante sua pouca idade, falta de experiência. Cássio no ato de sua primeira exposição na Câmara federal explora essa ideia buscando transformar o que era

considerado como “grande defeito” pelas lideranças formais do Estado em fator de agregação tornando-a, estrategicamente, a jovialidade sua maior virtude, até porque, além disso, ele só tinha a seu favor ser filho de Ronaldo. O peemedebista, então, profere o seguinte discurso acerca do assunto: “Enfrentei uma árdua luta na Paraíba para conseguir, em primeiro lugar, o registro de minha candidatura, em face dos preconceitos existentes contra a juventude. Diziam algumas pessoas, alguns companheiros, inclusive do meu partido, em meu Estado, que ser jovem é um grande defeito” (*Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Ano I- Nº 144, terça feira, 04 ago. 1987)

Contudo, Lima e Sousa sai em defesa do parlamentar e argumenta ainda que pelo acervo experimental do seu pai, “Cássio deve levar a Paraíba às alturas. Nos jornais, Cássio já declarou ser de esquerda. Prometeu também lutar pelos mais humildes e travar uma guerra para que seu pai, o prefeito Ronaldo Cunha Lima, não seja mais uma vez aliado de ser candidato ao governo do estado de 1990”. O projeto de poder familiar do grupo Cunha Lima teria agora atuação nessas duas frentes. Percebe-se que já há pressão dentro do partido para que Ronaldo seja mesmo o candidato a chefe do estado pelo PMDB. A matéria encerra-se da seguinte forma:

Na verdade, pela jovialidade e inteligência, acredita-se que o novo constituinte realmente corresponda as expectativas do eleitorado e do povo paraibano, visando salvaguardar os interesses populares da Paraíba e sobretudo nome do seu pai para ocupar o palácio da redenção em 1990. (*A União*, 31 jan. 1987)

É chegada a hora de ver nosso personagem atuando, então, pela primeira vez enquanto deputado constituinte, discursando na tribuna da câmara federal. “Cabelos pretos e lisos, ar juvenil, mas discreto no blazer cinza e nas maneiras”, afirma o *Jornal do Brasil* na matéria que tem como sugestivo título de “A estreia do mais jovem” (*Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1987). Diz ainda que o estudante de Direito, Cássio Cunha Lima, 23 anos, o mais jovem constituinte, fez uma estreia que deve ter preenchido de orgulho seus colegas da Universidade Regional do Nordeste, em Campina Grande, com que até pouco tempo discutia política estudantil. Cássio usou o tempo máximo de quatro minutos e não foi delirantemente aplaudido, afirma o jornal, mas assevera que isso não tinha importância para quem era interlocutor, por exemplo, do senador à época, Fernando Henrique Cardoso, filiado ao PMDB-SP, que fez questão de sentar ao seu lado no plenário, ou do deputado João Hermann, também do PMDB-SP que, por seu turno, era candidato a liderança do partido na câmara.

No que concerne ainda à mídia nacional, o debute de Cássio não passou despercebido pelo periódico *Correio Braziliense*. Esse destaca que o pemedebista pelo Estado da Paraíba pediu em nome dos jovens parlamentares maiores espaços nas discussões e elaboração na nova carta, reafirmando seus pontos de vista dos interesses prometidos durante sua campanha eleitoral. O jornal sinaliza que falando de improviso, Cássio Cunha Lima conseguiu chamar atenção dos parlamentares ao se considerar “órfão da democracia, pois passou sua infância convivendo com a repressão e viu a juventude emudecer sem ter canais de participação” (*Correio Braziliense*, 10 fev. 1987). A insistência na ideia de que foi vítima também do regime militar, tal como seu pai que foi cassado pelo arbítrio, reaparecem.

Neste sentido, dentre as tipologias propostas por Roger-Gérard Schwartzenberg, nosso personagem configura-se como o líder charmoso. Este pretende transmitir a imagem dinâmica de um homem empreendedor e facilmente em ação e “concebe também a política como uma arte de sedução, se não com exercício teatral” (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 62). Cássio busca logo demonstrar mobilidade e presença de espírito quando destina para si a responsabilidade tida como histórica de participar ativamente da elaboração da Constituição Federal de 1988. Para tanto, o representante da Paraíba externa preocupação e diz “ser inaceitável um país, às vésperas do século XXI, está ainda discutindo a organização fundamental do Estado” (*Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Ano I- Nº 007, terça feira, 10 fev. 1987). O jovem parlamentar conclama seus pares a assumir com ele este grande compromisso com a história, vaticinando que os graves problemas perpassados pelo país só poderão ser resolvidos a partir da escrita de sua carta magna. Finaliza sua fala insistindo na ideia de que como representantes do povo, não podem falhar, vejamos:

Somos um país sem justiça, um país de desempregados famintos, um país sem direito da mulher, um país com diferenças raciais, um país com profundas distorções no campo social. Venho fazer um chamamento a esta casa, como um jovem de 23 anos que assume perante a história do seu país um compromisso de honra. Tornemos, é este o chamamento, a nossa voz e o nosso voto nesta Assembleia um espelho representativo do sentimento popular pelas mudanças. Para tanto, precisamos consolidar a nossa democracia e garantir a elaboração de uma Constituição progressista. Não podemos falhar! A esperança última do povo está nesta casa. Não podemos falhar, sob pena de sermos condenados pela história. (*Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Ano I- Nº 007, terça feira, 10 fev. 1987)

A mídia local não poderia deixar de retratar em suas manchetes a estreia de Cássio na câmara. O articulista Aberlado Jurema, que assina seus artigos pelo

jornal *O Norte*, iniciou seu texto afirmando que “não há vaidade maior para o paraibano do que folhear as páginas da imprensa diária e se deparar com o destaque sobre a figura de conterrâneos que se projetam além dos limites da terrinha”. E maior orgulho, ainda, “é ver que quem se projeta assim é um jovem de 23 anos que acaba de ser eleito deputado federal, filho de Ronaldo Cunha Lima, prefeito de Campina Grande” (*O Norte*, 11 fev.1987).

O texto vai além e brinca que o parlamentar já largou o “rock”, insistindo na ideia de sua pouca idade, para participar dos conselhos da República. Qualifica Cássio como detentor de boas maneiras, “ainda estudante de Direito, que no verdor chega a câmara, mas já traz consigo o amadurecimento do homem vivido atrás de uma prefeitura importante como é a de Campina Grande. Levantemos mais uma questão nas linhas do Jornal:

Cedo, Cassio Cunha Lima, deixa os bancos acadêmicos da política estudantil para colocações mais complexas da política nacional. Não há dúvida que esse menino vai longe e na impetuosidade da juventude, não lhe faltará sem dúvida o conselho o pai. Os que nascem em berço bem cuidado triunfarão, pois o homem é produto do ensinamento, imitações e vivência. (*O Norte*, 11 de fev. 1987).

O articulista avalia que Cássio já começa bem, uma vez que numa estreia na câmara dos deputados com apenas, novamente foco na idade, 23 anos, poderia estar inibido ante figuras tradicionais da política brasileira, como Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário, projeta-se com desenvoltura, merecendo do Jornal do Brasil, na sua página política do primeiro caderno, registro destacado com fotos e referências das mais “desvanecedoras”. Aberlado Jurema assim finaliza seu texto:

Deste “canto de página” faço chegar a minha mensagem de congratulação não ao jovem que muitas mensagens terá que receber, mas ao meu querido amigo Ronaldo Cunha Lima, pelo grande prêmio que a vida lhe oferece, ante o sucesso inicial de seu filho Cássio Cunha Lima (idem)

Percebemos que na mídia escrita, pai e filho, aparecem metamorfoseados, um enquanto extensão do outro. Cássio é porque Ronaldo foi e continua a ser. Cássio conta com sua juventude, com sua boa educação, eloquência na tribuna, mas só porque tais características lhe foram ofertadas pelo generoso pai. Sobre sua percepção individual do discurso, mais uma vez me apropriando das

entrevistas realizadas por Caniello, Cássio avalia seu pronunciamento como “positivo e que o mesmo terminou por construir uma boa imagem de si, sobretudo, esse diferencial de sua juventude no andamento da Constituinte”. (CANIELLO, 2013, p. 58.)

Todavia, nem só do primeiro discurso viveria o homem na bancada nacional. Era o momento de construir uma imagem de político atuante que lhe permita fazer carreira e o faça torna-se conhecido em seu município, estado e na esfera nacional. A continuidade de aparições na grande mídia seria de extrema importância na consecução deste objetivo de se projetar enquanto político. Com apenas um mês à frente de seu cargo, já circulam avaliações nos jornais locais. Exemplo disso é a resenha escrita para o Jornal Gazeta do Sertão, sob o título “Cássio em evidência”, na qual Raimundo Rodrigues tece as seguintes considerações sobre o parlamentar campinense: “O Deputado Federal Cássio Cunha Lima, na condição do mais jovem Constituinte, é hoje em Brasília, uma das figuras mais solicitadas pela grande imprensa. Diariamente, concede entrevista a emissoras de rádio e TV, além de jornais” (Gazeta do Sertão, 1 de março de 1987).

Em tom laudatório, o resenhista diz ter comparecido na cidade de Brasília, acompanhando de perto a instalação da Constituinte, e declara ter tido a oportunidade de assistir a um debate do Deputado campinense na TV Nacional, onde o mesmo se revelou como um excelente político, “tanto pelas suas colocações, como maneira de se comunicar”. O mesmo resenhista coloca que o gabinete do pemedebista havia se transformado numa verdadeira representação de Campina Grande na tentativa de associar a figura de Cássio a sua cidade de origem e possível reduto eleitoral. Além disso, afirma que no gabinete se poderia encontrar o seu irmão Savigny Cunha Lima e o seu primo Romero Cunha Lima, “filho do nosso saudoso Fernando Cunha Lima”. Raimundo Rodrigues ainda acha necessário pontuar que ambos os citados são jovens, mais suficientemente capazes e responsáveis no cumprimento de suas obrigações de assessores do “mais jovem constituinte do país”.

Problematizando a fonte, percebemos que mesmo inscrito no pequeno fragmento de pé de página em um dos jornais que circulavam no estado, havia espaço para se entoar uma série de elogio a Cássio, reafirmando inúmeras vezes sua condição de mais jovem parlamentar do Brasil. Contudo, o que não acreditamos que o resenhista desejaria com tal declaração é ter nos mostrado que se acentuava a formação do grupo de poder familiar Cunha Lima. Ou seja, a partir da ocupação de diversos cargos governamentais, seja na chefia do executivo municipal (Ronaldo),

enquanto deputado federal (Cássio) ou através de assessorias (Savigny e Romero), buscava a afirmação e, sobretudo, cristalização do nome Cunha Lima nos quadros político brasileiro, resgatando os apontamentos sugeridos pelo sociólogo Marciano Monteiro em sua tese de doutorado.

No correr dos próximos dias o parlamentar voltaria a estampar as matérias da mídia escrita da cidade. Desta vez, o periódico em questão é o *Diário da Borborema* e o assunto, a expectativa da formulação das proposições concernentes ao regimento interno, documento pelo qual os parlamentares (senadores e deputados) se regeriam durante o processo de elaboração do novo texto constitucional do país. É importante analisarmos essa temática, uma vez que na campanha na qual Cássio estaria no ano subsequente ele usará sistematicamente o fato de ter tido fundamental participação nas discussões que se deram em torno da Constituição de 1988. Usando as palavras do jornal problematizado:

Cássio Cunha Lima defende a elaboração de uma Constituição que elimine as desigualdades sociais, que assegure a soberania do país, preserve os espaços dedicados a mulher no mercado de trabalho e em outras atividades, que defenda a ecologia, e, enfim, que viabilize o país em todos os aspectos (*Diário da Borborema*, 11 mar. 1987)

Convém, também, perceber que no início de sua trajetória, Cássio buscava aparentar ter uma pauta progressista em defesa de novos espaços para a mulher e preservação do meio ambiente. As crianças e os idosos passariam também a ter as suas demandas apreciadas e debatidas, sobretudo, dentro das subcomissões que se formavam a fim de escrever um novo texto constitucional que legalmente regeria a nação. Sinal disso é a proposição na qual o deputado defendeu o acesso gratuito de todos os idosos aos transportes coletivos urbanos (Emenda Modificativa nº 2 P005748-8, artigo 267, parágrafo único<sup>7</sup>).

No texto legal, justificando sua proposta, Cássio ressaltou que “o alcance social da mesma representaria um tributo ao idoso, que como seu labor contribuiu e muito para o desenvolvimento do país, e não poderia ser, no fim de sua vida, alijado ao plano secundário no processo social”. O debate não poderia deixar

---

<sup>7</sup> Todas as informações referentes as sugestões a assembleia constituinte, as emendas apresentadas as subcomissões técnicas e temáticas foram dispostas no material de propaganda de Cássio Cunha Lima sob o nome de “Caminho de Futuro: Constituinte Cássio Cunha Lima, publicada no ano de 1988, pela editora da Câmara federal.

de ser apresentado nas páginas do mesmo Diário da Borborema em mais um parecer favorável ao “parlamentar pemedebista”:

Uma maior assistência ao idoso e a criança, figuram entre as propostas apresentadas pelo deputado federal Cássio Cunha Lima, à apreciação da subcomissão de Direitos do Menor, do idoso e da Família. Na opinião do parlamentar pemedebista, o Estado tem o dever de garantir as pessoas de idade provector, condições mínimas de uma subsistência, digna, cujo direito foi conquistado ao longo dos anos, com esforços e sacrifícios. (Diário da Borborema, 10 jul.1987)

O texto ressalta ainda que dentre as garantias a que o Estado deverá se obrigar, tais como moradia e criações de condições econômicas, destaca-se o transporte, concessão que representa “uma antiga e justa aspiração dos idosos e que a Constituição deverá abrigar”, associando a possível conquista ao parlamentar paraibano. No que se refere ao direito da criança a sugestão foi a de “gratuidade da emissão do registro civil e que toda criança terá direito a assistência social, sendo ou não seus pais contribuintes do sistema previdenciário”.

As demandas da juventude também têm espaço na fabricação de Cássio enquanto político. Na sugestão N° 8.550- VII-a, o parlamentar propõe que sejam acrescentadas na nova Constituição, isto é, infelizmente apenas na letra da lei, que “a juventude tenha seus direitos econômicos, sociais garantidos através do livre acesso ao ensino, à cultura, ao trabalho e ao lazer, além de educação física e esportiva”. Percebemos, deste modo, que Cássio buscava captar a simpatia através de sua atuação enquanto deputado de três faixas etárias diferentes da população, a saber, a criança, os jovens e os idosos. O levantamento destas informações será importante na medida em que político se valerá delas em sua campanha para barganhar politicamente os votos na eleição do ano de 1988.

Em outra trincheira, certamente, era importante ficar bem frente aos trabalhadores do campo e da cidade. As sugestões enviadas à assembleia constituinte e as posteriores avaliações dos jornais nos ajudará a pensar mais essa estratégia do jovem parlamentar em busca de legitimidade política visando sua projeção, do seu grupo de poder familiar e grupo os interesses por ele representados. No dia 23 de junho de 1987 é veiculado texto jornalístico no Diário da Borborema com o título “Deputado diz que salário do trabalhador ficou achatado”. Em seu conteúdo fora registrado que na opinião de Cássio, a economia brasileira não poderia crescer nas

circunstâncias em que se encontrava. O deputado se refere a implantação do Plano Cruzado, que segundo visão ainda do político, falhou, ressaltando que é preciso a retomada do crescimento econômico aliado ao crescimento social. Percebamos que a data que a notícia foi publicada coincide com o período junino, logo o parlamentar se encontrava em Campina Grande, uma vez que o São João e o Parque do Povo, uma das principais obras do então mandato de seu pai na cidade, também é histórico palco de encenação política do grupo de poder familiar Cunha Lima.

Ainda segundo o *Diário da Borborema*, em declarações à imprensa, Cássio opinou sobre a economia nacional afirmando que a inflação já se encontrava em “patamares altíssimos”, batendo recordes na história do país. Fazendo esse preâmbulo, chegamos ao que de fato queríamos problematizar, pois, segundo o político, as aspirações do homem do campo entrariam no jogo. A matéria tem um subtítulo denominado de “Justiça Social” e nessa é colocada a ideia que dentre as propostas de Cássio apresentadas a assembleia constituinte, figura a sugestão para que seja acrescentada ao texto constitucional um artigo, estabelecendo que a lei dará condições econômicas para a fixação do homem no campo, promovendo ainda o que o periódico estranhamente categorizou de “planos de colonização” e justiça social. Em defesa da postura do parlamentar, o jornal destaca que no entender do peemedebista, modernizar e desenvolver a economia rural do país, significava fazer justiça:

a essa legião de compatriotas que vive nos campos, marginalizada dos benefícios da **civilização**. A nação brasileira, segundo ele (Cássio Cunha Lima), necessita de um processo de colonização e humanização do campo, utilizando a grande extensão territorial e a mão de obra abundante de que dispomos, num processo de fixação e atração do homem ao campo, adaptado a realidade nacional. (*Diário da Borborema*, 23 jun. 1987)

Vemos, assim, que o deputado busca discursivamente destinar para si essa missão de “civilizar” esse homem do campo, sempre tão “marginalizado dos benefícios” que supostamente o homem pobre da cidade sempre teve direito. Contudo, é necessário que se aproveite a “grande extensão territorial e a mão de obra” do país. Na justificativa de sua proposta, observou ainda que, “o que existe é dependência tecnológica, como importações de padrões técnicos de economias desenvolvidas, condicionando de produção e consumo”.

O inimigo a ser combatido na leitura do parlamentar seria um “mal interpretado imperialismo”, pois “o que há é o hábito de sujeitarmos a imposição de técnicas que exigem aplicação intensa do capital que não temos ou que forçam o

alijamento da mão de obra abundante que dispomos”. Segundo a Emenda substitutiva N°ES24072-2, dever-se-ia “acabar com os conceitos de que é mais fácil implantar uma fábrica, que pode ser importada por inteiro com capital que não temos, do que organizar, por exemplo, uma comunidade rural para produção corperativa” (Caminhos de Futuro: Cássio Cunha Lima, 1988, pág. 107).

No que se refere aos trabalhadores e servidores públicos, a defesa era que se acrescentasse através da emenda N° 7 A0258- 5, o direito de remuneração proporcional a extensão e a complexidade do trabalho executado, a partir de um piso salarial profissional, não podendo ser inferior ao salário mínimo. O pemedebista justificou a emenda pontuando que a mesma visava acabar com a “iniquidade que assistimos hoje, quando trabalhadores recebem menos de um salário mínimo” (LIMA, 1988, pág. 91). Portanto, deveria ser assegurado constitucionalmente o piso salarial para os servidores públicos.

Entendemos que as seguintes proposituras podem se enquadrar numa ação de classe, pois desde cedo Cássio buscava incorporar as demandas dos homens do campo e dos trabalhadores da cidade, a fim de obter a aprovação destes dois segmentos sociais. Obviamente, se colocar favorável às demandas do campesinato e proletariado poderiam render, além de uma boa imagem ao político, votos no próximo ano em Campina Grande, quando o cargo de chefe do executivo municipal seria disputado.

O fim de 1987 se aproximava e com ele inaugura-se o período no qual as avaliações referentes as atuações dos parlamentares estampam as páginas na mídia escrita nacional e local. Segundo, mais uma vez, o Diário da Borborema, da nova safra de parlamentares, “o deputado campinense Cássio Cunha Lima, é que vem ganhando mais projeção, através dos meios do centro sul de país. Além dos veículos impressos, ganha também espaços na mídia eletrônica, sobretudo na TV” (*Diário da Borborema*, 30 de agosto de 1987). No jornal da Constituinte<sup>8</sup>, órgão oficial de divulgação da assembleia nacional, o político também recebe apreciação de seu desempenho.

---

<sup>8</sup> “Informar a sociedade sobre tudo o que acontecia na Assembleia Nacional Constituinte, mostrando semanalmente, em detalhes, o processo de debate, elaboração e votação da Constituição; abrindo espaço para todos os parlamentares; explicando as propostas apresentadas, inclusive as que foram derrotadas”. Com esse objetivo foi criado pelo Congresso Nacional o Jornal da Constituinte, periódico que circulou de junho de 1987 a outubro de 1988. A maioria das edições está disponível online na Biblioteca Virtual do Senado Federal.

Conforme descrição realizada pelo periódico que divulgava as emendas apresentadas pelos constituintes e eram aprovadas pela Comissão de Sistematização:

Cássio Cunha Lima apresentou 180 emendas, das quais aprovadas. Principais: a que assegura aos acusados o contraditório e a ampla defesa, com recursos e meios a ela inerentes, em qualquer procedimento desde a fase inicial: a que assegura a liberdade de manifestação cultural e artística: a que estabelece as competências dos municípios: a que determina a obrigatoriedade do alistamento eleitoral: a que determina a gratuidade do acesso de idosos nos transportes coletivos urbanos (*Jornal da Constituinte*, 21 dez.1987)

Chegamos a 1988. Um ano importantíssimo para Cássio e seus prepostos. É necessário cristalizar-se na opinião pública e de seus possíveis eleitores. Para tanto, marcar posição firme a respeito de questões polêmicas e de grande vulto no campo nacional pode ser um dos possíveis caminhos adotados. Sendo assim, a discussão agora é a aprovação do congresso para o mandato de cinco anos do então presidente José Sarney.

Consoante informação do Jornal *A UNIÃO*, falando por telefone, de Brasília, o deputado federal declarou através da Rádio Borborema de Campina Grande que, com a aprovação pela assembleia nacional constituinte, do mandato de cinco anos para o então presidente, “a classe política, mais uma vez, não soube representar a vontade majoritária do povo, que vinha exigindo eleições diretas para presidente da República já em 1988” (*A UNIÃO*, 4 jun. 1988).

O parlamentar ressaltou que manteve seu posicionamento em defesa dos quatros anos até o fim, seu objetivo com tal declaração era deixar claro que assim procedeu, “a fim de contribuir para que os brasileiros pudessem ter o direito de escolher o presidente através do voto direto, depois de um jejum eleitoral de 27 anos”. Buscando mediante as palavras manifestar-se decepcionado, Cássio observou que, restaria agora, prosseguir na luta, para que fosse efetivamente promovidas eleições presidenciais no país, uma vez que no seu ponto de vista só assim seria possível a mudança do quadro econômico e da estrutura social vigente no país.

O deputado campinense também demonstrava preocupação com um possível adiamento das eleições municipais previstas para aquele ano e da qual ele faria parte, mesmo que no momento oficialmente não o fosse elegível, discutiremos essa questão pormenorizadamente no próximo tópico do capítulo. Sobre o assunto, advertia a necessidade de o povo brasileiro manter-se vigilante no que concerne as

manobras que se processavam no âmbito da assembleia nacional nesse sentido, isto é, do adiamento das eleições de prefeitos e vereadores, com a consequente prorrogação do mandato presidencial. Em suas palavras declaradas ao jornal:

Se isso vier realmente a acontecer, Cunha Lima entende que será um verdadeiro atentado à democracia, levando em consideração que é no momento de votar que o cidadão exerce, de fato, a sua cidadania, sendo através deste instrumento democrático que escolhe seus representantes (*A UNIÃO*, 4 jun. 1988)

Cabe-nos problematizar: estaria Cássio Cunha Lima realmente agindo em favor do que ele entende por democracia ou estava a advogar causa própria, uma vez que seus olhos já se direcionavam a prefeitura municipal de Campina Grande?

Cumpra-nos agora o objetivo de acompanhar as artimanhas, processos e caminhos que levariam a Cássio a prontamente auto qualificar seu nome para concorrer a prefeito de Campina Grande, nas eleições de 1988. Os debates e as estratégias utilizadas durante essa campanha serão analisados ora em diante. Coloquem seus melhores trajes, os forrozeiros que se preparem, pois, o “Maior São João do Mundo” daquele ano reservaria surpresas. De pai para filho, Ronaldo lançará Cássio no palco do Parque do Povo após 36 dias ininterruptos de arrasta-pé.

Convido Edward Palmer Thompson que ajudará a pensar os conceitos de teatro do poder e me provoca a perceber que cada vez mais o Estado passa a ser concebido enquanto espetáculo e que o poder, mesmo que entrem em cena no palco principal sob as luzes e os confetes, as decisões fundamentais envolvendo as alianças de classes são tomadas nos bastidores da política.

### **2.3- DE PAI PARA FILHO: FESTA, TEATRO DO PODER E A DISPUTA PELA PREFEITURA MUNICIPAL EM CAMPINA GRANDE NO ANO DE 1988**

Quadrilhas e as mais diversas atrações que levantaram o público, não deixando que ninguém ficasse parado, tornando pequeno o espaço do Forró-dromo, onde turistas e filhos da terra sem nenhuma distinção social aproveitaram cada minuto sem dar importância ao cansaço do dia seguinte. Os organizadores tiveram trabalho para retirar do palco, alguns mais eufóricos que não se contentaram em ouvir os pronunciamentos feitos na área livre e que queriam a todo custo, ficar mais perto dos políticos, entre eles o Deputado Cássio Cunha Lima, o vereador Félix Araújo e o representante do povo no senado, Senador Raimundo Lira (*Diário da Borborema*, 12 jul. 1988)

A citação acima se refere a um dos momentos mais apoteóticos do início da campanha do deputado Cássio Cunha Lima. O local e dia do lançamento não poderiam ser mais simbólicos. Tratava-se do palco do Parque do Povo, no dia do encerramento das festividades do referido ano. Portanto, sob o clima de intensa expectativa, uma multidão entusiasmada superlotou o espaço destinado a festa na noite do dia 10 de julho de 1988.

A ansiedade que movia todos os presentes era não perder sequer um detalhe do encerramento daquele evento que ficou conhecido como “ O Maior São João do Mundo”. Após trinta e seis dias, ininterruptos, de muita comemoração, euforia e arrasta-pé, campinenses e turistas se comprimiram naquela ampla área de lazer. No entanto, o ponto alto do evento aconteceu com a chegada do prefeito Ronaldo Cunha Lima que, juntamente com seu filho e herdeiro político, subiu ao palanque para finalizar uma das festas mais tradicionais do Nordeste. O historiador inglês E. P. Thompson (1998, p.48) compreendeu todos esses elementos fazendo parte de um

Estilo hegemônico estudado e elaborado, um papel teatral que os poderosos aprendiam na infância e desempenhavam até a morte. E se falamos desse desempenho enquanto teatro, não é para diminuir sua importância. Uma grande parte da política e da lei é sempre teatro. Uma vez “estabelecido” um sistema social, ele não precisa ser endossado diariamente por exibições de poder (embora pontuações ocasionais de força sejam feitas para definir os limites de tolerância do sistema). O que mais importa é um continuado estilo teatral.

O político e poeta, atuando teatralmente, nos termos Thompsoniano, buscou sensibilizar o público participante através de um vibrante e grandiloquente discurso. Aproveitando-se, estrategicamente, do espaço e da esfera emotiva criada, o então chefe do executivo municipal lançou a candidatura do deputado federal, Cássio Cunha Lima, para sucedê-lo na prefeitura de Campina Grande. O ato principal ficou por conta do rito de passagem do pai para o filho, quando, sabiamente, Ronaldo fez o seguinte pronunciamento:

Essa festa eu criei como se cria um filho pequeno, crescendo e jogando-o ao mundo. E só um filho poderia prosseguir-la no Maior São João do Mundo. Por isso, entrego Cássio ao próprio destino de Campina Grande (*Jornal da Paraíba*, 12 jul.1988)

Em sequência, Cássio também se pronuncia, agora, pela primeira vez, como postulante ao cargo de prefeito de Campina Grande:

Haverei de palmilhar os caminhos de Campina Grande, iniciados por Ronaldo Cunha Lima... E com o vosso apoio e vossa confiança, oferecer minha juventude e ideais, para que Campina permaneça com o encontro marcado para o futuro (*Jornal da Paraíba*, 12 jul.1988)

Entendemos que com o seguinte discurso Cássio buscava tranquilizar os setores burgueses com os quais seu pai conseguiu estabelecer uma série de compromissos durante seu mandato, oferecendo, assim, a saída e superação da crise econômica já discutida. Como colocado pelo candidato, o apoio e os votos daqueles que estavam presentes no encerramento dos festejos juninos e demais eleitores seriam de fundamental importância “para que Campina permaneça com o encontro marcado para o futuro”. Tornava-se importante, também, buscar apoio das classes populares como forma de consentimento hegemônico ao projeto de classe e de poder familiar que então se gestava, mas que para ter certa estabilidade necessitava fazer certas concessões materiais e simbólicas as classes e grupos que ficavam nos bastidores da política. As luzes, fogos e quadrilhas de forró transformadas em palanque político, portanto, encobriam o jogo de alianças recíprocos realizados nas sombras, nos bastidores da política e do Estado espetáculo.

Contudo, esse momento mesmo que emblemático seria somente o primeiro de muitos outros que haveriam de acontecer até o dia do pleito eleitoral. É sobre esse processo histórico e seus principais personagens que nos debruçaremos a partir de então.

### **2.3.1- “ENTRE DIREITOS IGUAIS, DECIDE A FORÇA”: INELEGÍVEL OU NÃO?**

Ressalvados os que já exercem mandato eletivo, são inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, os parentes por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, do Presidente da República, do Governador de Estado e do Distrito Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato (Constituição Federal de 1988, capítulo IV, artigo 14)

O parágrafo sétimo do artigo 14, que na Constituição Federal de 1988 está circunscrita à parte “Dos Direitos Políticos”, permitiu que o deputado constituinte

Cássio Cunha Lima se candidatasse a chefe do executivo municipal da cidade de Campina Grande, nas eleições que ocorreriam no dia 15 de novembro daquele ano. Contudo, percebemos através das páginas dos jornais locais, sobretudo, o *Jornal da Paraíba*, que houve uma verdadeira “guerra sem quartel” travada entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), bem como sua máquina jurídica e os demais partidos, sobretudo, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Social Democrático (PSD), que contestavam a inclusão do parágrafo no processo de redação do texto que passaria a reger o país.

São esses os acontecimentos que analisaremos ora em diante, buscando estabelecer um diálogo conceitual com autores marxistas que pensam o Direito enquanto tecnologia social capaz de viabilizar e lidar com conflitos resultantes das diversas formas pelas quais se expressa a lutas de classes no interior da sociedade política. Mergulhemos, portanto, na trama.

No dia 3 de setembro fora veiculada na primeira página do *Jornal da Paraíba* a matéria “Juiz impugna a candidatura de Cássio”. O pedido de impugnação foi impetrado pelo PDT e PSD sob a justificativa que, nos termos da constituição vigente, o candidato à prefeitura pela Coligação Democrática Campinense<sup>9</sup>, não teria as mínimas condições de concorrer ao cargo, pela ligação de parentesco com o atual prefeito. A decisão a que se referiu o *Jornal* foi tomada pelo juiz Manoel Paulino da Luz, da 16ª vara eleitoral.

Contudo, o curioso é que o magistrado demonstrou “sutis” sinais de simpatia a tentativa de candidatura do peemedebista ao longo de trechos de sua sentença. Destacamos a seguinte: “O impugnado ofereceu resposta vibrante, inteligente, idealista e jovem por excelência”, chegando mesmo a admitir que sua deliberação concernente ao caso mesmo que tomada com base numa Constituição que “não é fruto da democracia plena, existe, está em vigor e não se discute” (*Jornal da Paraíba*, 3 set. 1988). Neste sentido, partilhamos pelo colocado por Enoque Feitosa no seu texto “Marx, o marxismo e o Direito”, onde o autor elabora uma contundente crítica a forma jurídica tendo como arcabouço teórico e metodológico o materialismo histórico

A forma jurídica tem caráter classista, embora isso nem sempre se revele claramente. Isto porque ela se confunde com valores ideais tais como justiça, fraternidade, liberdade etc. Destarte, seu conhecimento, sua difusão e,

---

<sup>9</sup> Coligação formada pelos seguintes partidos: PMDB/PCB/PC do B/PSB/PSDB visando a promoção do deputado Cássio Cunha Lima a prefeito municipal de Campina Grande no ano de 1988.

especialmente, sua aplicação não são neutros, ainda que o jurista não tenha consciência, ou negue e advogue uma pretensa neutralidade no seu fazer (FEITOSA, 2013, pág. 229)

Diante da sentença, a aposta dos cinco partidos que compõem a Coligação Democrática Campinense foi depositada nos prazos estipulados pela justiça. A esperança do PMDB e coligados esteve assentada na possibilidade de a Constituinte ser promulgada conforme data previamente estipulada, a saber, o próximo dia 23 de setembro do ano corrente, o que garantiria a partir do trecho “Ressalvados os que já exercem mandato eletivo, a elegibilidade de Cássio Cunha Lima.

O advogado Joás de Brito Pereira, constituído para o caso, após indeferimento sentenciado pelo juiz eleitoral, entrou com recurso junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O no mínimo curioso, esperamos não ser fora de hora, é que este mesmo bacharel que advogava para o PMDB nesse momento tornaria-se desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba. Empossado no cargo dia 28 de novembro de 2007, o primeiro ato de sua lavra foi a nomeação para sua assessoria de Glauce Rodrigues de Cunha Lima, irmã de Cássio Cunha Lima, a época atual governador do Estado, que o escolheu e nomeou para ocupar uma vaga no tribunal. Nada de novo no front, apenas aqueles que bradavam um novo modo de fazer política reproduzindo velhas práticas que, quando faziam a oposição, condenavam, levando, assim, a cabo seu projeto de poder familiar.

Diante da primeira batalha vencida, PSD e PDT através de seus presidentes, Severino Soares e Júlio Paiva, respectivamente, apresentaram uma petição que foi encaminhada ao juiz Abraham Lincoln, à época coordenador da propaganda eleitoral de Campina Grande. A intenção era a de retirar todo o material de cunho propagandístico político-eleitoral do deputado Cássio Cunha Lima, “tais como adesivos, cartazes fotográficos, camisetas, faixas e outros de igual natureza, além de todas as pichações de muros ou letreiros, que venham a confundir os eleitores e a comunidade Campinense” e também uma passeata marcada para a tarde do dia 03 de setembro (*Jornal da Paraíba*, 03 set. 1988).

A segunda etapa do processo de impugnação da candidatura do PMDB de Campina Grande chegou ao fim no dia 15 de setembro, quando o Tribunal Regional Eleitoral anunciou, oficialmente, o indeferimento do registro do deputado Cássio Cunha Lima. Através de edital publicado, o procurador Nereu Pereira dos Santos Filho e o corpo de magistrados apresentaram, essencialmente, as mesmas justificativas

apontadas pelo juiz Manoel Paulino, que acatou os pedidos de impugnação do PDT e PSD, e as razões não deixaram de ser as mesmas usadas para não aceitar a candidatura da deputada Geralda Medeiros, de Patos, a saber, a constituição em vigor não permitir a eleições de parentes de prefeito, governador ou presidente da República.

Segundo edição do *Jornal da Paraíba* do dia 20 de setembro, após o anúncio do resultado, o prefeito Ronaldo Cunha Lima, pela primeira vez, veio admitir a substituição do nome de seu filho na disputa pela sucessão municipal. Entretanto, podemos perceber que o peemedebista ainda demonstrava alguma confiança nos prazos e apelos judiciais. De acordo com a matéria, o gestor havia usado as seguintes palavras:

“Se até o dia 17 de outubro não houver uma definição do quadro poderemos pensar em substituir Cássio, temporariamente”, assegurou Ronaldo. O prefeito campinense, no entanto, não quis adiantar nome, por forças das circunstâncias. “ Na verdade, cremos mesmo é que o nome de Cássio está assegurado. E é por isso que lutaremos até que os últimos recursos estejam esgotados perante a lei. A nossa situação continua sendo absolutamente tranquila (*Jornal da Paraíba*, 20 de set. 1988)

Como o pedido de indeferimento foi acatado por duas instâncias judiciais, restava ao PMDB recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral que teria até o dia 16 de outubro para solucionar a questão com um SIM ou um NÃO. Como vemos, os prazos estavam se afunilando e a preocupação só aumentaria, uma vez que a partir do dia 29 de setembro, nas emissoras de rádio e televisão, os partidos políticos já estariam divulgando a propaganda eleitoral dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores. Assim sendo, impugnado em primeira e segunda instâncias, Cássio Cunha Lima passaria a ter mais uma vez ter seu nome a prêmio, novamente, na justiça, diante das solicitações de impedimentos realizadas por legendas adversárias, correndo, deste modo, o risco de ter sua divulgação bloqueada.

Uma velha/ nova arma, contudo, começaria a ser usada pelo partido situacionista a nível municipal para que o jogo pudesse virar ao seu favor. A partir deste momento buscaremos demonstrar que o órgão de imprensa local, *Jornal da Paraíba*, funcionado como partido político, como discutimos em seção anterior, trabalhou diariamente no sentido de oferecer suporte a candidatura do peemedebista,

chegando a defender a tese que o jovem deputado estaria a sofrer perseguição pelos demais partidos concorrentes.

A primeira matéria que ilustra bem essa articulação entre o aparelho privado de hegemonia e o grupo familiar que buscava perpetuação através da aprovação nas urnas de mais um de seus integrantes foi aquela na qual a maratona judicial, que teve início há praticamente dois meses, chegaria ao fim. Na edição do 06 de outubro, o periódico assina a matéria com o título “Candidatura de Cássio sob a égide da nova Carta. Apesar de Marcondes”. No seu conteúdo em tom quase de comemoração se explica que com a promulgação da nova constituição, que permite a elegibilidade de parentes, naquele ano, desde que esses exerçam mandato eletivo, o deputado Cássio Cunha Lima havia despojando-se de um clima de tensão que vinha marcando a campanha da Coligação Democrática Campinense desde o polêmico registro de seu nome, como candidato a prefeito, setembro último.

O veículo de mídia escrita ainda faz uma ressalva para nós muito importante, quando coloca que “Até o último instante, entretanto, os adversários não desistiram de complicar a situação de Cássio, nas malhas de um Justiça que, até ontem (5 de outubro) se regia pela Constituição de 1967” (*Jornal da Paraíba*, 06 out. 1988). Sinaliza, também, que a última e decisiva cartada, segundo sua equipe editorial, “na clara tentativa para obscurecer a situação da Coligação”, teria sido tomada no sábado último (1 de outubro), quando o senador Marcondes Gadelha, nome forte dentro do PSD, supostamente havia fretado um avião, especialmente para levar, à Brasília, os processos da candidatura de Cássio, impugnado em primeiras e segundas instâncias, como já explicitado.

Pelo protocolo, o Tribunal Regional Eleitoral, órgão de segunda instância, só encaminharia os papéis na segunda feira (3 de outubro). Portanto, a intenção de Marcondes fretando o avião era o de acelerar o processo legal, de modo que o Supremo Tribunal Eleitoral (STE) indeferisse o candidato até a terça-feira (4 de outubro), no máximo, data anterior a promulgação. Conjuntamente a essa medida, de acordo novamente com o dispositivo midiático, o senador buscou estabelecer contato com o Ministro de Comunicações à época, Antônio Carlos Magalhães, como forma de pressionar o Tribunal a apresentar um parecer. O que não adiantou de nada.

O prazo final, ora em diante, para o Tribunal Superior Eleitoral se posicionar, iria até o próximo dia 16 de outubro. Apesar da tese de alguns juristas, que defendiam o indeferimento levando em conta o registro do peemedebista, quando

ainda inelegível, viesse a prevalecer, os advogados da Coligação Democrática Campinense já estariam com novo recurso preparado.

Diante do caso de notória repercussão estadual, percebemos que afastar o Direito, bem como as jogatinas judiciais de suas determinações sociais, ou seja, de sua totalidade, parafraseando uma vez mais Enoque Feitosa, pode ser qualquer outra coisa, menos seguir o método de interpretação da realidade e da relação dos homens com a natureza e com os outros homens, denominado por Karl Marx e Friedrich Engels de materialismo histórico dialético. Lembremos também que o velho alemão já nos provocou a pensar que “entre direitos iguais, decide a força”. (MARX, 1983, p. 190)

Aplicando ao nosso caso, será que o projeto de perpetuação do grupo de poder familiar Cunha Lima através de seus associados no Congresso Nacional tivera mais força e agilidade do que seus concorrentes que a todo custo pleiteavam o indeferimento do “herdeiro” político de Ronaldo na cidade de Campina Grande? Segundo nossa interpretação, parece ser a hipótese mais sensata e verossímil por nós a ser defendida.

### **2.3.2- OS DEBATES ELEITORAIS**

É sabido que um momento chave para toda e qualquer campanha política são os debates eleitorais. Estes, realizados por diferentes meios de comunicação (emissoras de televisão, rádios e mais recentemente internet), configuram-se como um importante espaço de apresentação das plataformas políticas, ideias e propostas dos postulantes aos cargos em disputa. Desejamos, portanto, nessa parte do nosso trabalho, refletir sobre os debates realizados durante a campanha municipal de 1988 com o propósito de distinguir quem os promoveu, sua quantidade, o formato que tiveram e as avaliações realizadas pela própria mídia escrita.

No ano de 1988, o primeiro debate de grande vulto ocorreu na tarde/noite do dia 04 de setembro, organizado pela TV Paraíba. Os cinco candidatos à prefeitura municipal de Campina Grande, o deputado Enivaldo Ribeiro (PDS/PFL/PTB/PSD), o economista Edvaldo do Ó (PMB/PL), o professor Williams Arruda (PDT), o advogado Jairo Oliveira (PT) e o deputado Cássio Cunha Lima (PMDB/PCB/PC do B/PSB/PSDB) se fizeram presente ao debate mediado pelo

jornalista Otinaldo Lourenço, de João Pessoa, acompanhado pelo jornalista campinense Rômulo Azevedo.

A repercussão da desenvoltura dos candidatos tomou conta das páginas da mídia local durante os dias posteriores ao debate e também estiveram na “boca do povo”, sobretudo, daqueles que costumeiramente ocupam os famosos calçadões centrais da cidade, espaços populares de discussão dos “assuntos do dia” em Campina Grande. Na edição da terça feira, dia 06 de setembro, na coluna destinada a tratar do tema política, o *Jornal da Paraíba* traz como matéria principal a sua apreciação sobre a participação dos concorrentes a chefia do executivo municipal sob o título “Todos na Lona: candidatos causam decepção”.

A intitulação mesma da matéria induz-nos a pensar que a avaliação concernente ao debate pela equipe jornalística não parece ter sido tão positiva e que as performances dos políticos não haviam convencido. O principal fato que teria levado a isso, na visão do aparelho privado de hegemonia, para colocar em termos gramsciano, foi o envolvimento dos candidatos com questões inócuas, como por exemplo, as especulações em torno do Governo Ronaldo Cunha Lima, atual prefeito da cidade à época e pai do candidato favorito ao pleito, ou, quando muito, vazias menções sobre realizações passadas<sup>10</sup>. Os redatores da matéria esboçaram uma análise sucinta sobre o desempenho de cada um, frente às câmeras, e no tocante a formação da opinião pública sobre suas propostas políticas administrativas para a cidade que pretendem governar. Gostaríamos de explorar em alguma medida tal passagem.

Sobre o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Jairo Oliveira, o jornal entendeu o seu discurso político como convencional, que não teve a capacidade de se aprofundar nas questões propostas ou surgidas, demonstrando pouca desenvoltura nos temas de cunho técnico administrativo. Em termos de desempenho, Williams Arruda, segundo novamente leitura do *Jornal da Paraíba*, foi o que melhor tirou dividendos do confronto, uma vez que em relação aos outros postulantes, anunciou, de forma subliminar, suas realizações passadas e suas propostas futuras,

---

<sup>10</sup> Lembremos que dois entre os cinco candidatos já possuíam a época alguma experiência por exercerem outros mandatos políticos, inclusive a frente da prefeitura municipal da cidade. Enivaldo Ribeiro, por exemplo, foi deputado estadual de 1975 a 1977 e prefeito de Campina Grande de 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983, pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Por seu turno, Williams Arruda, em 15 de junho de 1964, por conta da cassação do mandato de Newton Vieira Rique, de quem era vice-prefeito, foi nomeado prefeito de Campina Grande por votação indireta.

sobretudo. no tocante a tão denunciada crise econômica vivida pelo Brasil, que tem seus reflexos na Paraíba e, conseqüentemente, em Campina Grande. Contudo, a equipe editorial apontou também que o candidato pecou por não fazer o telespectador participar do debate, raramente olhando para a câmera.

A avaliação a respeito da participação de Enivaldo Ribeiro foi a mais negativa possível. Usando as palavras do jornal: “Inseguro, epidêmico na abordagem dos temas e sem uma coordenação de ideias que transmitisse, ao telespectador-eleitor, uma margem mínima de assimilação” (*Jornal da Paraíba*, 06 de set. 1988). Destacou ainda que centralizando o debate, no confronto direto com Cássio Cunha Lima, sabidamente seu principal concorrente ao cargo, o deputado estadual não apresentou propostas concretas, apesar de sua larga experiência em administração pública.

Referente ao candidato Edvaldo do Ó, o jornal apontou que entre os convidados, o economista foi o que mais demonstrou desenvoltura, perante as lentes da TV Paraíba, evidenciando grande conhecimento sobre os problemas de Campina. Entretanto, deixou de explorar tal virtude ao prender-se a “mera questão” da construção de uma residência que estava sendo erguida em João pessoa pelo candidato Cássio Cunha Lima.

O desempenho do peemedebista, a época deputado Federal Constituinte e favorito na disputa eleitoral do ano corrente, foi, segundo o jornal, o mais visado por ter assimilado a defesa intransigente da administração do pai. Entre o caminho emotivo- filial ou a postura fria de um candidato, acabou tomando o primeiro caminho, terminando, assim, “caindo” no jogo dos adversários, deixando transparecer uma postura tensa e sem a frieza necessária para encarar as questões, objetivamente.

No dia 10 de setembro, um novo debate. Desta vez os candidatos compareceram às dependências da Rádio Caturité, no programa “A Hora da Verdade”. No alvorecer do dia seguinte, o *Jornal da Paraíba* já estampava a seguinte manchete em sua tradicional e outrora citada coluna política: “Mais à vontade, mas ainda se prendendo a questões pessoais, os cinco concorrentes à Prefeitura, no segundo debate, tomam precauções, tentam evitar erros anteriores e começam a dar, as suas candidaturas, personalidade próprias” (*Jornal da Paraíba*, 11 set. 1988).

Como visto, os candidatos apresentaram um pequeno avanço no segundo confronto. Achamos pertinente esboçar breves considerações mais uma vez utilizando a leitura permitida pelas fontes. Segundo o *Jornal* analisado, as acusações feitas a

atual gestão de Ronaldo Cunha Lima voltaram a ser pauta na baila das discussões feitas, contudo, desta vez, o deputado Cássio Cunha Lima, suponhamos ter recebido orientações de seus auxiliares político, parece não ter se deixado levar, afetivamente, digamos, pelo jogo de seus adversários, fugindo aos questionamentos com um simples “caberia ao prefeito responder as questões”.

Da parte de Cássio, o alvo visado, se assim podemos colocar, foi o deputado Enivaldo Ribeiro. O assunto não poderia ser mais conveniente para um na medida mesma que indigesto para o outro, a saber, as contas de 1982. Em poucas palavras, gostaríamos de esclarecer as versões sobre o episódio em tela. A acusação residia no fato das verbas públicas da administração de Enivaldo Ribeiro frente a prefeitura Municipal de Campina Grande, bem como as que foram empregadas na campanha eleitoral do ano de 1982, não terem sido aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado nem pela Câmara Municipal de Campina Grande. O PMDB, após quente debate entre os dois concorrentes, assumiu a ação a ser impetrada contra o ex-prefeito da cidade.

Em resposta, Enivaldo Ribeiro chegou a citar, textualmente, o endereço da procuradoria da justiça, em João pessoa ao candidato do partido adversário. O assunto já havia surgido no debate anterior, citado acima, realizado pela TV Paraíba. Enivaldo, no momento em que Cássio entregou um dossiê nas mãos do coordenador do programa, lançou um desafio ao jovem concorrente, sentenciando as seguintes palavras: “O nobre candidato, ao entregar o processo a Otinaldo Lourenço, não está agindo certo. O endereço certo, na verdade, é a justiça, já que a um ano espero, para provar que minhas contas foram aprovadas” (*Jornal da Paraíba*, 07 set. 1988).

Diante de tudo, a resposta haveria mesmo de vir das urnas, não obstante toda a campanha perpetrada pelo grupo de poder familiar Cunha Lima. No dia mesmo das eleições, na edição do 15 de novembro, Raimundo Santos assinando matéria pelo *Jornal da Paraíba* polariza a eleição nos seguintes termos:

O dia de hoje, longe de uma mera formalidade Institucional, em Campina assume clara oportunidade para decidir rumos. Ou o voto para apoiar o processo democratizante de 82, retomando o sentido das correntes provenientes da luta contra o autoritarismo, atualizando o curso político; ou voto para provocar uma ruptura dessa custosa marcha, a iniciativa política passando a outras mãos, as forças do passado que procuram lugar no novo quadro (*Jornal da Paraíba*, 15 nov. 1988)

Percebemos claramente que o articulista oferece duas opções aos eleitores que se dirigiram as urnas naquele dia: de um lado, a Coligação Democrática Campinense, que aprofundaria o processo democrático iniciado pela vitória de Ronaldo Cunha Lima em 1982 e que deveria ter continuidade através de seu herdeiro político, aquele protagonista de ampla participação na elaboração da Constituinte, o deputado federal Cássio Cunha Lima. Do outro lado, a candidatura de Enivaldo Ribeiro e demais postulantes além de provocar ruptura com “anos de dourados” experimentadas por Campina Grande desde 1982, entregaria as rédeas da chefia municipal da cidade nas mãos de forças do passado que insistiam em procurar “lugar no novo quadro”. As urnas confirmariam a vitória da Coligação Democrática Campinense e elegeriam a chapa formada por Cássio Cunha Lima e Tico Lira para os cargos de prefeito e vice-prefeito, respectivamente, como podemos observar no quadro abaixo:

Tabela 2: Resultados das eleições de 1988



Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação

Fonte: Quadro adaptado pelo autor do site oficial do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>> Acesso em 30 de novembro de 2018.

Após tantos avanços e recuos, marchas e contramarchas durante a campanha, Cássio obteve mais votos do que os outros quatro concorrentes e sagrou-se prefeito da cidade dando início, assim, ao processo de perpetuação e consolidação do grupo de poder Familiar Cunha Lima no município. O filho de Ronaldo e “menino de Campina” fecharia o ciclo dos “anos dourados” de seu pai e inauguraria o dele, buscando manter o acordo com as elites campinenses, oferecendo continuidade ao projeto de classe pensado na e para a cidade de Campina de Grande, além de projetar a candidatura de Ronaldo visando o comando do Executivo Estadual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do nosso trabalho foi problematizar como se gestou o projeto de classe do grupo de poder familiar Cunha Lima durante a década de 1980, na cidade de Campina Grande. Este, diante de uma crise econômica na qual a cidade estava mergulhada em função do projeto centralizador levado a cabo pelos golpistas de 1964, estabeleceu uma série de compromissos com setores da burguesia campinense, sobretudo, a industrial, comercial, imobiliária, financeira, classe política e grande imprensa, inaugurando o período categorizado como “os anos dourados de Campina Grande”, visando, assim, soerguimento econômico da cidade. Com isto, acompanhamos o movimento concreto do início da construção e consolidação do grupo de poder familiar na cidade e no Estado.

Constatamos que Ronaldo Cunha Lima a cada pronunciamento, em toda e qualquer obra executada em seu mandato, por meio da mídia impressa, falada ou televisada, o então prefeito espetacularizaria sua gestão. Toda inauguração deveria, assim, funcionar como um acontecimento decisivo na e para história de Campina Grande, “para grande retomada”, claro, de seu desenvolvimento. Contudo, para que a estratégia se tornasse bem-sucedida seria necessário firmar parceria com setores da burguesia campinense, paraibanas e regionais. E assim foi feito. O grande “acordão” entre o grupo de poder familiar Cunha Lima e os setores da burguesia campinense foi coroado com um jantar nos salões do Spazio quando do último ano do mandato de Ronaldo Cunha Lima.

No entanto, como vimos, chegava-se ao ano de 1988, fim do mandato de Ronaldo Cunha Lima à frente do executivo municipal. Essa data marca um momento importante. Seria necessário manter na prefeitura de Campina Grande um substituto tão “capaz” quanto Ronaldo, incumbido da responsabilidade de manter o “acordão” formulado entre o grupo de poder familiar e setores das burguesias campinenses. Surge, nesse horizonte, fortemente o nome de Cássio Cunha Lima, deputado federal constituinte, filho e herdeiro do capital político do atual prefeito. Desta feita, decidimos acompanhar as artimanhas, processos e caminhos que levariam a Cássio a prontamente auto qualificar seu nome para concorrer a prefeito de Campina Grande, nas eleições de 1988. A maratona judicial objetivando a elegibilidade do candidato da

Coligação Democrática Campinense, os debates e as estratégias utilizadas durante essa campanha foram analisadas. Após o escrutínio nas urnas, o “menino de Campina” fecharia o ciclo dos “anos dourados” de seu pai e inaugurando o dele, buscando manter o acordo com as elites campinenses, oferecendo continuidade ao projeto de classe pensado na e para a cidade de Campina Grande.

Podemos concluir que entre 1983 e 1988 o grupo Cunha Lima já assentava as bases de um poder familiar apoiado no poder econômico das frações burguesas local, ideologicamente, sustentado na grande mídia enquanto aparelho privado de hegemonia e, simbolicamente, legitimado pelo turismo de eventos, configurando uma hegemonia cuja aliança de classe é igualmente buscada no consentimento popular. Ademais, tal projeto não poderia ter expressão de familismo mais característico do que o casuísmo jurídico que permitiu a transmissão da prefeitura de pai para filho como uma espécie de capitania hereditária.

Hoje podemos perceber esse projeto muito mais solidificado. Uma verdadeira oligarquia, uma parentela a depender do aparelho do Estado em favor dos interesses da classe dominante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Agnaldo. **O poeta e político em Ronaldo Cunha Lima**. In: Poder e política na Paraíba: Uma análise das lideranças (1960- 1990). João Pessoa: API/ União, 1993.
- CANIELLO, Gabriela Torralles. **O Pop star Paraibano**: Análise da construção da imagem pública do Senador Cássio Cunha Lima. Dissertação de mestrado em Ciência Sociais. Campina Grande, 2013.
- FEITOSA, Enoque. **Marx, o marxismo e o Direito**: a forma jurídica e sua crítica. In: Marxismos na contemporaneidade- tópicos de política, economia e direito. Jaldes Reis Menezes; Rubens Pinto Lyra (orgs.), João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 02. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004
- GURJÃO, Eliete Gurjão (Org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria da Educação, 2002.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1994.
- LIMA, Cássio Cunha Lima. **Caminhos do Futuro**: Constituinte Cássio Cunha Lima. Brasília: Editora da Câmara dos Deputados, 1988.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade a revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo, São Paulo: Martins Fontes, 2014
- LIMA, Damião de. **Campina grande sob intervenção**: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista. João Pessoa: EDUFPB, 2012
- LIMA, Elisabeth Cristina de Andrade. **A Fábrica dos Sonhos**: a invenção da festa junina no espaço urbano. João Pessoa: Ideia, 2002.
- MARX, Karl. O capital. v.I. Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **Ronaldo Cunha Lima**: a trajetória de um vencedor (1936-2007). João Pessoa, Ideia, 2015.
- MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: os herdeiros e a força dos capitais das elites na Paraíba (1985-2015). Tese de Doutorado em Ciência Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2016.
- SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura**: (des) inventado festas e (re) inventado a cidade (1965-2002). Jundiá: Paco editorial, 2016.

SCHWARTZENBERG, Roger- Gérard. **O Estado Espetáculo**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

SYLVESTRE, Josué. **Meio Século de Vida pública sem mandato ou com**: Fatos e personagens de Campina Grande e da Paraíba - 1950 – 2000. Campina Grande: Latus, 2013.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.